

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

MÁRCIO MACHADO ROCHA

**PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria
Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas.**

Pelotas
2014

MÁRCIO MACHADO ROCHA

**PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria
Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas - UCPel, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Maria Ribeiro Nogueira

Pelotas
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R672e Rocha, Márcio Machado

PRONATEC / Brasil sem miséria: Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança / Márcio Machado Rocha. – Pelotas: UCPEL, 2014.

103f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2014. Orientador: Vera Maria Ribeiro Nogueira.

1.Políticas Públicas Educacionais. 2.PRONATEC/Brasil Sem Miséria. 3. Público e Privado. 4.Sistema S. I.Nogueira, Vera Maria Ribeiro, or. II.Título.

CDD 370

MÁRCIO MACHADO ROCHA

**PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria
Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Política Social, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Política Social.

Pelotas, ___ de _____ de 2014.

BANCA DE DISSERTAÇÃO:

Profª. Drª. Vera Maria Ribeiro Nogueira
Universidade Católica de Pelotas
Orientadora

Profª. Drª. Myriam Siqueira Cunha
Universidade Católica de Pelotas

Profª. Drª. Valdelaine da Rosa Mendes
Universidade Federal de Pelotas

*Dedico este trabalho a minha esposa Lúcia Andréia,
Faos meus filhos Igor e Arthur.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pelo dom da vida;

Aos meus pais, irmãos, familiares e amigos, pelo apoio e incentivo;

À Professora orientadora Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira, pelos ensinamentos e pela amizade;

À Professora Dr^a. Myriam Siqueira Cunha pela amizade também e por ter aceito o convite em fazer parte da banca e enriquecer o presente trabalho;

À Professora Dr^a. Valdelaine da Rosa Mendes por gentilmente ter aceito o convite em fazer parte da banca, e contribuir com a pesquisa;

Aos colegas e professores do Curso pelo convívio e troca de ideias;

A Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas, em especial, à Gestora e a Interlocutora do PRONATEC/Brasil Sem Miséria pela acolhida;

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, por me incentivar e proporcionar a realização da pesquisa.

*“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito...”
(Marthin Luther King).*

RESUMO

Esta pesquisa analisa a implementação do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria através de um estudo de caso junto à Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas (SMJSS). Tem como referência de análise as questões relativas ao público e privado em educação. Aborda a participação do Sistema S (SENAI, SENAC E SEST/SENAT) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense no PRONATEC/Brasil Sem Miséria. Têm como objetivos: efetuar uma contextualização das Políticas Educacionais no Brasil pós anos 90, e reformas da educação profissional ocorridas no período; Discutir a relação público e privado em educação; Investigar as estratégias de implementação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria pela demandante SMJSS em Pelotas e identificar o percentual dos interessados pré-matriculados nos cursos do PRONATEC/BSM que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal em Pelotas. Apresenta uma contextualização das políticas educacionais pós anos 90, identificando as reformas ocorridas no período. Investiga as estratégias utilizadas pela SMJSS na implementação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria em Pelotas. A pesquisa é de caráter quali-quantitativo, na medida em que explora, por meio de duas entrevistas – com a gestora da Secretaria e a interlocutora do PRONATEC/Brasil Sem Miséria –, a dinâmica utilizada na implementação. Utiliza-se de questionários para identificar o perfil do público pré-matriculado nos cursos do PRONATEC/Brasil Sem Miséria em Pelotas, resgatando a relação com o Programa Brasil Sem Miséria. A pesquisa de campo foi realizada no período de setembro a outubro de 2013. As principais constatações indicam que o Sistema S possui um papel relevante de participação no PRONATEC/Brasil Sem Miséria no município de Pelotas, refletindo um panorama nacional. Conclui que as políticas do PRONATEC/Brasil Sem Miséria são decorrentes das reformas ocorridas na educação profissional pós anos 90 e da influência das diretrizes de organismos internacionais, em especial, do Banco Mundial. Conclui, ainda, que as estratégias de mobilização e implementação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria pela SMJSS em Pelotas, garantem parcialmente que o público-alvo prioritário pertencente ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e Programas de Transferência de Renda, seja beneficiado com as vagas nos cursos de qualificação profissional.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. PRONATEC/Brasil Sem Miséria. Público e Privado. Sistema S.

ABSTRACT

This research examines the implementation of the Programme PRONATEC / Brazil Without Poverty through a case study with the Municipal Social Justice and Safety in Pelotas (SMJSS). Its analysis reference issues relating to public and private education. Discusses the participation of the S system (SENAI, Senac And SEST/SENAT) and South of Rio Grande Federal Institute of Education, Science and Technology in PRONATEC/Brazil Without Poverty. It has the following objectives: make a contextualization of Educational Policies in Brazil after the nineties (90s), and vocational education reforms in the period; Discuss the relationship in public and private education; Investigate the implementation strategies PRONATEC/Brazil Without Poverty by the applicant SMJSS in Pelotas and identify the percentage of pre-registered interest in the courses at the PRONATEC/BSM forming part of Income Transfer Programs of the Federal Government in Pelotas. Displays a context of post 90s education policies, identifying the reforms in the period. Investigates the strategies used by the implementation of SMJSS PRONATEC/Brazil Without Misery in Pelotas. The research is qualitative-quantitative nature, in that it explores, through two interviews - with the management of the Secretariat and the interlocutor of PRONATEC / Brazil Without Poverty - the dynamics used in the implementation. It uses questionnaires to identify the profile of the public pre-registered in the courses at the PRONATEC / Brazil Without Misery in Pelotas, rescuing the relationship with Brazil Without Poverty Program. Field research was conducted from September to October 2013.'s Main findings indicate that the system S has an important role to participate in PRONATEC/Brazil Without Misery in Pelotas, reflecting a national panorama. Concludes that PRONATEC/Brazil Without Misery policies result from the reforms that took place in professional education post 90s and the influence of the guidelines of international organizations, particularly the World Bank. Also concludes that the strategies of mobilization and deployment of PRONATEC/Brazil Without Poverty by SMJSS in Pelotas, partially ensure that the target audience priority belonging to the Single Registry for Social Programs of the Federal Government (CadÚnico) and Income Transfer Programs, be benefited with the vacancies in professional qualification courses.

Keywords: Public Policy Education. PRONATEC/Brazil Without Poverty. Public and Private. S. system

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre o ensino público e o privado.....	39
Quadro 2 – Primeiros cursos oferecidos pelo SENAC em Pelotas.....	72
Quadro 3 – Primeiros cursos oferecidos pelo SENAI em Pelotas.....	73
Quadro 4 – Primeiros cursos oferecidos pelo SEST/SENAT em Pelotas.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas do PRONATEC/Brasil Sem Miséria por Estado.....	45
Tabela 2 – Evolução das matrículas do PRONATEC no país desde a sua criação.....	53
Tabela 3 – Recursos Financeiros Transferidos pelo Governo Federal ao Sistema S em 2013.....	54
Tabela 4 – Recursos Financeiros Transferidos pelo Governo Federal ao Sistema S em 2014.....	54
Tabela 5 – Primeiros cursos oferecidos pelo IFSul/Campus Pelotas.....	70
Tabela 6 – Cursos oferecidos pelo IFSul/Campus Pelotas - 1ª Etapa em 2013.....	70
Tabela 7 – Cursos oferecidos pelo IFSul/Campus Pelotas - 2ª Etapa em 2013.....	71
Tabela 8 – Primeiros cursos oferecidos pelo IFSul/Campus CAVG.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pertencentes ao CadÚnico para os Programas Sociais do Governo Federal.....	66
Gráfico 2 – Beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal.....	66
Gráfico 3 – Condição dos pesquisados no momento da pré-matricula.....	67
Gráfico 4 – Mobilização do Público Alvo através da divulgação dos cursos.....	68
Gráfico 5 – Relação entre a escolaridade e os inscritos pertencentes ao CadÚnico...	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CES/CNE – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATEC/BSM - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Brasil
Sem Miséria
PROUNI – Programa Universidade para Todos
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SMJSS – Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA EDUCACIONAL.....	17
2.1 O papel das políticas educacionais na reprodução social.....	17
2.2 Contextualização das Políticas Educacionais e da Educação Profissional Pós anos 90.....	20
2.3 Formação Profissional e Empregabilidade.....	24
3 PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO.....	33
3.1 As relações público e privado – a que conduzem?.....	33
3.2 Mix público e privado em Educação.....	36
3.3 Participação da Iniciativa Privada na Educação Pública.....	39
4 PRONATEC (PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO) – FORMATAÇÃO DO PROGRAMA.....	43
4.1 A institucionalidade do PRONATEC/Brasil Sem Miséria.....	43
4.2 Diretrizes, objetivos e iniciativas envolvidas no Programa.....	44
5 PRONATEC/BRASIL SEM MISÉRIA EM PELOTAS.....	56
5.1 Desenho da Pesquisa.....	56
5.2 A SMJSS na construção da demanda para o PRONATEC/Brasil Sem Miséria.....	59
5.3 Participação dos protagonistas IFSul e Sistema S na execução do programa.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	85
APÊNDICES.....	97

1 INTRODUÇÃO

O papel desempenhado pela educação profissional na busca do conhecimento sólido e integral para a construção da cidadania pode estar pautado em medidas que possam contribuir para uma inclusão produtiva e para a redução da extrema pobreza no nosso país. Mas isto deve ser feito de maneira que represente uma conquista permanente, onde o beneficiário possa sentir-se seguro na qualidade da sua formação e do seu currículo.

As políticas públicas elaboradas pelo Estado, em especial na área da Educação, instigam a confrontar o que está sendo posto através de Programas com as reais necessidades de quem se utiliza destas políticas. A qualificação profissional, associada à inserção no mercado de trabalho, e a empregabilidade, é uma questão atual e importante que merece um estudo que seja capaz de verificar o que se quer da educação e quais os rumos da educação profissional no nosso país, monitoradas em grande parte pelas diretrizes das agências multilaterais, especialmente o disposto pelo Banco Mundial.

Neste sentido, esta pesquisa analisa a dinâmica da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, aliado ao Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/Brasil Sem Miséria), a partir da demanda em Pelotas. Resgata o que ocorreu com as políticas educacionais após 1990 e as tendências das reformas da educação profissional ocorridas no período, com ênfase na relação e nos limites entre o público e o privado em educação, de modo que se possa perceber quais os interesses envolvidos e influências das diretrizes dos organismos internacionais para as políticas educacionais aqui no Brasil.

Os objetivos previstos para o estudo foram: efetuar uma contextualização das Políticas Educacionais no Brasil após 1990 e das reformas da educação profissional ocorridas no período; discutir a relação público e privado em educação; abordar o PRONATEC/Brasil Sem Miséria em seus aspectos institucionais; investigar as estratégias de implementação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria pela demandante SMJSS em Pelotas; identificar o percentual dos interessados pré-matriculados nos cursos do PRONATEC/BSM que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal em Pelotas.

As questões que forneceram o caminho teórico-metodológico são as seguintes: Quais as relações entre as políticas educacionais após 1990 e as reformas na educação profissional e o atual Programa de qualificação profissional? Qual o papel que o Sistema S exerce frente ao Programa PRONATEC? Quais as estratégias locais de mobilização do público-alvo que a Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas utiliza para implementar o PRONATEC/Brasil Sem Miséria? O Programa vem atendendo a seu objetivo maior – qualificar profissionalmente os usuários dos programas de transferência de renda – superando o círculo da pobreza extrema?

É importante ressaltar que são poucas as pesquisas e estudos sobre o PRONATEC, pois é um Programa recente lançado pelo governo federal por meio da Lei 12.513¹, em 26 de outubro de 2011. Apesar de o PRONATEC ser recente, ele envolve iniciativas que já existiam antes da sua criação e que participam da execução do programa, como, por exemplo, a expansão da rede federal, o Programa Brasil Profissionalizado, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e o Fies Técnico e Empresa. O Programa Bolsa-Formação foi criado especificamente para atender o PRONATEC e ao longo do trabalho são explicadas cada uma destas iniciativas.

A relevância do estudo está em contribuir com as questões políticas envolvidas na elaboração e nos rumos da educação e qualificação profissional no país, bem como, de abrir caminhos para uma discussão mais ampla em relação ao que se almeja com o programa e com a inclusão produtiva aliada à qualificação profissional e ao emprego. Também na possibilidade de revelar como ocorre em nível local a implantação do PRONATEC.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, articulados entre si, e que dão conta de atingir os objetivos previstos. O primeiro capítulo apresenta o contexto da educação após 1990 e os impactos na reforma profissional, incluindo, ainda, a discussão sobre a formação profissional e a empregabilidade. No segundo capítulo desenvolve-se a relação existente entre a esfera pública e a privada na área educacional e a dificuldade de percepção dos limites estabelecidos entre uma esfera

¹ BRASIL. **Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011**, que foi alterada pela Lei 12.816, de 05 de junho de 2013. Disponível em: <<http://PRONATEC.mec.gov.br/institucional/bdase-legal>>. Acesso em: 05 ago 2013.

e outra. No terceiro, são desenvolvidos os aspectos institucionais referentes ao Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria, para que se possa ter conhecimento sobre o Programa citado e ao que ele se propõe: o funcionamento, objetivos e metas de números de matrículas. No quarto e último capítulo são desenvolvidos o desenho da pesquisa, forma de implementação da SMJSS na construção da demanda para o PRONATEC/Brasil Sem Miséria e a participação do Instituto Federal Sul-rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSul) e SENAI, SENAC, SEST/SENAT (Sistema S) na execução do programa, de maneira que se obtenha um panorama a partir da demanda em Pelotas.

O Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria utiliza-se de medidas que envolvem um Programa e um Plano com o intuito de favorecer a inclusão produtiva àqueles excluídos do mercado de trabalho. São cursos de qualificação profissional que envolvem o público pertencente aos Programas de Transferência de Renda ou incluídos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)².

O governo federal, além da expansão da rede federal e mesmo contando com outras iniciativas federais e toda a sua estrutura no país afora (que é significativa), entendeu como benéfico o pacto com instituições de direito privado, bem como, Sistema S e Faculdades Privadas, para o oferecimento de cursos de qualificação. Desta forma, transfere recursos financeiros a estas instituições para fins de gratuidade através da bolsa-formação àqueles inscritos no PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

O Programa surgiu em um contexto onde o desemprego se fazia presente e crescente no país. O governo federal, através de políticas públicas, objetivou oferecer qualificação técnica por meio de cursos rápidos como uma alternativa para recolocar no mercado aqueles cidadãos que pudessem estar desempregados, ou até mesmo aqueles que quisessem uma qualificação a fim de obter uma inserção no mercado de trabalho através dos cursos profissionalizantes (MDS, 2013).

² O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que permite identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, que são aquelas que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. **CADÚNICO**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em 11 mar. 2014.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA EDUCACIONAL

2.1 O papel das políticas educacionais na reprodução social

É relevante que se retome a conceituação de políticas públicas para o entendimento deste trabalho. De acordo com Oliveira (2010), devemos entender a política pública como uma expressão que visa definir uma situação específica da política. Nesse sentido, a melhor forma de entender esta definição é analisar separadamente o significado de cada palavra. Política é uma palavra de origem grega, “politikó”, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre o rumo da cidade, a “polis”. Já a palavra pública é de origem latina, pública, e significa, povo do povo. Portanto, política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado.

Discutir as políticas educacionais é parte fundamental deste trabalho, e é possível entendê-las como uma estratégia do poder público para imprimir as suas ações na área da Educação:

Se políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica as questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

Em relação às políticas públicas educacionais, o tema que nos orienta e que viabiliza a análise feita neste trabalho apresenta como fundamento uma estratégia de redefinição da função social e pública da educação. Nesta reorganização curricular, a descentralização e a autonomia de gestão acabam não por exigir uma redefinição da estrutura de Estado, mas sim que este assuma as funções relativas às políticas sociais capitalistas. Isso acaba implicando o seu afastamento quanto à responsabilidade sobre a educação das camadas populares, o que resulta no contrário do que diz objetivar, ou seja, no aumento da iniquidade e agravamento das desigualdades sociais existentes, acrescido da desobrigação do Estado para com a

educação pública. Assim, temos o Estado como um mecanismo social e o governo como uma delegação de poder da sociedade civil que, agindo desta forma, tem como base filosófica as transformações que estão se produzindo na relação capital/trabalho, no atual quadro mundial (BRINHOSA, 2009).

Ainda, de acordo com Brinhosa (2009), o sistema educacional contribui, entre outras coisas, para a reprodução da ordem social hegemônica, mas não tanto pelas visões que fomenta o tema, mas sim por distribuir de forma regulada o capital cultural. A história da reorganização do currículo e da forma de descentralizar o poder e/ou políticas, no mundo e no Brasil, não é um tema recente. A questão da descentralização, do currículo e também da autonomia de gestão da escola, em nosso país, vem desde meados do século XX e ocupa espaço em análises e proposições das políticas educacionais, há, pelo menos, cinquenta anos. As políticas sociais que foram implementadas em nossa sociedade também foram estruturadas com base nas relações de trabalho, possuindo vínculo social, político e econômico com as políticas que são estruturadas e definidas pelas relações sociais e internacionais de produção.

Segundo Akkari (2011), as políticas educacionais abrangem quatro componentes principais: a legislação, as leis, a regulamentação escolar e o financiamento. Incluindo-se aí os recursos e o orçamento, o controle da execução, que são as administrações e gestão das instituições de ensino, e por último as relações com a economia e a sociedade civil, que compreendem as coordenações e articulações. Assim, obtemos uma possível maneira de abordar estas políticas educacionais fazendo a distinção entre os níveis de ação e de complexidade que os agentes políticos querem privilegiar:

Em outras palavras, uma política educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Uma política educacional visa assegurar a adequação entre as necessidades sociais de Educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais por meio de três eixos principais: 1) estabelecimento de regras e mecanismos de controle aos quais o sistema educacional deve se submeter; 2) incentivo de inovações educacionais pertinentes; 3) garantia da gestão administrativa e financeira dos sistema (AKKARI, 2011, p. 12).

As formas e funções assumidas pelo Estado ao longo do século XX passaram a ser colocadas em xeque a partir dos anos 80 e, em consequência disto, das

próprias crises enfrentadas pelo modo de acumulação capitalista e dos rumos traçados visando à sua superação. Neste contexto de superação é que se localiza o processo da globalização do mundo ocidental, que configurou outra geopolítica em articulação com os requerimentos do modo de acumulação flexível que foi se impondo a partir da absorção das chamadas novas tecnologias. Isto trouxe importantes repercussões para o mundo do trabalho e, portanto, passou a repercutir na definição das políticas educativas (AZEVEDO, 2004).

Abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o "Estado em ação". Deste modo, pode-se resgatar, neste mesmo espaço, as particularidades da política educacional contextualizadas segundo as distintas vertentes analíticas [...]. Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente [...] Outra importante dimensão que se deve considerar nas análises é que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria (AZEVEDO, 2004, p. 5 e 6).

O Estado pode utilizar a política pública para efetuar ações em nome do público, mas nem sempre atende aos anseios dos cidadãos. As ações podem estar imbuídas de interesses governamentais, políticos, eleitoreiros, para atender uma política de governo que possa satisfazer ao mercado e a interesses externos.

Fica evidente que a definição de política pública é vasta e deve ser entendida como aquela realizada em nome do "público"; a política geralmente iniciada por um governo; podem ser implementadas por atores do setor público, atores de setores privados ou ainda por atores de organizações não governamentais; a política pública é o que o governo pretende fazer ou não fazer (CAVALCANTI, 2007).

No caso do PRONATEC, o governo federal envolve a iniciativa privada para o oferecimento de cursos de qualificação, justificando-se por meio da necessidade de ampliar a oferta de cursos rapidamente. Esta política é feita em nome do público e busca oferecer soluções rápidas para as questões do desemprego, da falta de qualificação profissional e também da redução da extrema pobreza através do Plano Brasil Sem Miséria.

2.2 Contextualização das Políticas Educacionais e da Educação Profissional Pós anos 90

Nesta seção pretende-se demonstrar, através de uma contextualização das políticas educacionais, os impactos causados pelas reformas na educação após 1990, no Brasil, em especial na reforma da educação profissional quando surgiu um enorme conjunto de Leis e Decretos com o intuito de coordenar e também de regular a execução das políticas públicas. As alterações provocadas afetariam a educação nacional em todos os níveis e modalidades, onde, através das políticas do Estado Neoliberal para a educação e formação profissional e também com as ações conduzidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se presenciou um avançado processo na implementação das políticas públicas com o foco na formação de trabalhadores e geração de emprego e renda.

A reforma da educação profissional, sob a coordenação do MEC, teve início com a ideia de promoção do reordenamento estrutural e também operacional do ensino profissional. O principal instrumento normativo desta reforma é o Decreto nº 2.208, de 1997, que estabeleceu os objetivos, níveis e modalidades para educação profissional no país, referindo-se a nova estrutura a ser implantada na rede federal. Iniciado também em 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)³ previa o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica mediante a transformação e reformas de unidades existentes, ou até mesmo construção de novas unidades. Uma fatia de 40% dos recursos do programa era destinada às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais, e os outros 60% para os projetos chamados de “segmento comunitário” no qual se incluem a iniciativa privada: estariam incluídos o Sistema S, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), organizações não-governamentais e unidades escolares da esfera municipal (LIMA FILHO, 2003).

³ O PROEP pode contar com 125 milhões de dólares do orçamento da União (MEC) à época, 125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e também 250 milhões de dólares provenientes empréstimo internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que foi o principal financiador externo da reforma (LIMA FILHO, 2003).

Ainda de acordo com Lima Filho (2003), uma série de medidas na área da educação foram implementadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995 – 1998 e 1999 – 2002) onde, em um processo verificado no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), se expressa um resumo da implantação de medidas reformadoras. Em relação à concepção e prática da reforma educacional foi exposto o seguinte:

Por um lado, expressaria a concepção e prática da reforma educacional de produzir a separação conceitual e operacional entre a educação geral e a educação profissional, reduzindo esta última a um processo imediato de transmissão de habilidades e competências, com lócus próprio e específico, portanto deslocado em conteúdo, tempo e espaço dos processos formais de escolarização. Por outro, a desescolarização também descreveria o movimento de progressivo afastamento da instituição de sua identidade escolar, manifesta não somente na redução da educação escolar oferecida à comunidade, mas também no simultâneo movimento de aproximação da instituição às práticas empresariais, quer pela prioridade conferida à oferta de cursos privados e não formais, quer pela assimilação de discursos, estruturas organizacionais e práticas próprias do mundo dos negócios, fazendo com que a instituição seja progressivamente destituída de sua identidade educacional e passe a assimilar a identidade empresarial, ou seja, à desescolarização da escola corresponderia uma espécie de empresariamento institucional (LIMA FILHO, 2003, p. 15).

No caso do PRONATEC/Brasil Sem Miséria os interesses se misturam, e o foco não parece ser a qualidade em que a qualificação profissional é oferecida, mas sim uma preocupação excessiva com os números de matrículas. Ainda, sobre as reformas educacionais, se pode verificar o seguinte:

Na conjuntura dos anos 90, as reformas educacionais nos sistemas de ensino tornaram-se imperativos nas agendas discursivas dos políticos e administradores públicos. É importante destacar que a reforma na área da educação é parte de um conjunto de outras reformas nas políticas sociais como um todo, especialmente as voltadas para as áreas sociais. E desde logo assinalamos um grande problema: as reformas nos serviços públicos têm sido “copiadas” dos modelos de reformas das empresas privadas. Não se considera também a questão do tempo: as culturas institucionais (públicas e privadas) têm tempos diferentes de absorção, reação e resistência às propaladas inovações (GOHN, 2002, p. 98).

Para Rodriguez (2009), os ajustes econômicos e a brecha das desigualdades sociais, durante a década de 90, as reformas do Estado (econômicas, educativas, previdenciárias, trabalhistas, institucionais, entre outras) foram apresentadas, especialmente pelos governos e organismos internacionais, como solução para todos os males. Elas viriam para mudar a realidade das escolas, mas depois de uma década de sua implementação o panorama é um tanto contraditório. Apesar dos

avanços obtidos, os sistemas educacionais ainda não conseguem superar o atraso, tanto no rendimento escolar quanto na oferta de maiores oportunidades para amplos setores da sociedade latino-americana. Enfim, o setor educativo ainda é altamente excludente, já que 40% dos alunos abandonam a escola antes de finalizar a educação básica.

O fato do setor educativo ser altamente excludente significa dizer que as reformas não geraram o resultado satisfatório para superar as desigualdades sociais. De acordo com Gohn (2002), no cenário da educação, trabalho e lutas sociais nos anos de 1990, em uma conjuntura nacional de exclusão e lutas sociais, o mundo mudou bastante e com ele a realidade nacional brasileira:

A globalização da economia avançou, as políticas neoliberais ganharam o centro, o desemprego aumentou, o processo de trabalho se transformou com a informatização tecnológica; as empresas realizaram reengenharias e promoveram enxugamentos nos seus quadros de funcionários, o emprego industrial escasseou e a economia informal cresceu. A exclusão social atingiu também as camadas médias da população que passaram a encontrar dificuldades para achar postos de trabalho, além de conviver com o fantasma do desemprego. O Estado passou a patrocinar políticas de inserção social para os indivíduos excluídos do acesso ao mercado de trabalho, ou destituídos de seus direitos sociais, por meio de políticas compensatórias (bolsas/empregos, frentes de trabalho etc.), visando atenuar os impactos da diminuição de suas atividades em setores estratégicos do social como nas áreas da educação e saúde. As políticas de ajustes estruturais têm sido apresentadas como modernas, inevitáveis e de largo alcance. Entretanto, essas políticas têm colaborado para o aumento do desemprego e da pobreza, e gerado mais desigualdade social (GOHN, 2002, p. 91).

A partir de 1990, o Banco Mundial e a gestão da educação brasileira adquiriram expressiva importância no âmbito das políticas públicas, pois o papel desempenhado pelo Banco junto aos países mais pobres era imprimir o estratégico modelo neoliberal de desenvolvimento, e também articulador a interação econômica, inclusive, para a negociação da dívida externa. Os dois primeiros empréstimos concedidos ao Ministério da Educação, no começo da década de 70, adequavam-se ao modelo desenvolvimentista do Banco, e a educação era considerada na ótica do capital humano um fator direto para o crescimento industrial intensivo. Por este fato, privilegiava-se o ensino profissionalizante; a referência a esta modalidade de ensino encontrava-se em documento de política educacional do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e também nos planos brasileiros de educação,

onde se assinalava a importância do ensino profissional voltado diretamente para a formação de mão-de-obra qualificada, capaz de gerar efeitos mais duradouros sobre a economia (FONSECA, 2005).

Para Pochmann (2012), o Brasil dos anos 90 necessitava de um novo modelo de educação profissional decorrente da diversidade das ocupações atuais, e uma estratégia renovada da formação da força de trabalho que envolvesse o Sistema “S”, Planfor, escolas técnicas e universidades, em torno de um novo modelo de política pública para o trabalho, com o envolvimento dos atores (setores empresarial, governamental e trabalhadores) e culminando na melhor transição do sistema de educação para o setor produtivo.

De acordo com Akkari (2011), “a face econômica da globalização é apenas um componente entre muitos outros. Na verdade, a globalização tem várias implicações sobre a Educação. Ela está no centro das tensões entre o global e o local”. Por um lado os Estados são obrigados a favorecer a competitividade global, por outro o poder do Estado não é totalmente reduzido pela globalização, pois ainda há forte influência sobre o espaço territorial.

Em relação à globalização o que é preciso compreender é que a economia de uma sociedade se organiza com uma determinada relação de trabalho e a ela adiciona suas bases políticas, que até o início dos anos 1990 encontrava-se respaldada no Estado Nacional. No contexto da globalização⁴, as políticas passam a ser desenvolvidas considerando-se interesses “globais” (de grandes potências e conglomerados econômico-financeiros), fugindo, assim, do domínio dos Estados Nacionais, nos quais pretende exercer o controle. Daí a política neoliberal, fundada na defesa do Estado mínimo, ter profunda relação com o processo de globalização. Enfraquecendo os Estados Nacionais tudo fica mais fácil para o capital “global”. Global na visão de quem detém o poder político mundial, é claro. São os países mais ricos que determinam o que e como os países mais pobres devem produzir. Isso se dá também no âmbito da educação (SILVA *apud* DALAROSA, 2009).

A globalização das políticas públicas durante a década de 1980 ocasionou profundas reformas no Estado, produto do neoliberalismo que propôs a

⁴ O termo *globalização* induz pensar que o globo terrestre (todos seus países) está interligado pela política e pela economia e que todos teriam vantagens com isso. Na verdade, há uma série de contradições e desigualdades neste processo em que uns globalizam e outros são globalizados (DALAROSA, 2009).

descentralização, a privatização e desconcentração das funções do Estado, transferindo suas responsabilidades para instâncias ou jurisdições estaduais, municipais e também para a própria sociedade. O modelo Neoliberal defende um Estado mínimo, mas ágil e eficiente, que preste serviço nas áreas da educação, saúde, defesa, segurança e justiça, com isso racionalizando os recursos públicos. Portanto, um Estado desregulado e organizado por um número reduzido de organismos descentralizados que enfatizem a eficiência. Para a execução destas políticas reformistas, modificavam-se as regras trabalhistas no setor público, onde a estabilidade no emprego já era relativa, implantando “modernos mecanismos de contratação” com a intenção de gerar condições para uma concorrência na prestação dos serviços públicos transferidos ao setor privado (RODRIGUEZ, 2009).

Os empréstimos externos de certa forma acentuaram as subordinações no nosso país, como observamos a seguir:

No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, desde a década de 1970, acentuou-se essa subordinação aos países centrais por meio da sua dependência de empréstimos externos, o que tornou seu processo de desenvolvimento aberto aos investimentos de capitais estrangeiros, ou seja, às flutuações das conjunturas externas (ROSAR, 2009).

Dessa forma, é necessário considerar as diversas influências internacionais sofridas pelas políticas educacionais no Brasil. E, portanto, compreender que a globalização e as políticas implementadas no país causaram diversos impactos na educação brasileira, como, por exemplo, a necessidade de instrumentalizar a educação profissional como uma forma de precarizar o ensino mediante a transferência de recursos financeiros para instituições privadas a fim de atender a uma lógica de mercado.

2.3 Formação Profissional e Empregabilidade

Verificam-se, na atualidade, inúmeras medidas adotadas pelo Estado brasileiro no sentido de viabilizar a empregabilidade e a inserção no mercado de trabalho, através de políticas de qualificação profissional, com cursos rápidos de formação inicial e continuados e cursos técnicos profissionalizantes.

Para Oliveira (2003), a dificuldade em criar dispositivos que sejam eficazes e que consigam diminuir o desemprego em massa obriga a uma implementação de mecanismos ideológicos que possam justificar as contradições da sociedade capitalista. Utilizar justificativas que coloque fora das relações de classe a responsabilidade pela crise existente é uma das formas utilizadas pelo capital para retardar ou diminuir os conflitos atuais. Neste ínterim, surge o conceito de empregabilidade como uma forma de retirar do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas que sejam capazes de oferecer um mínimo de condições para a população sobreviver.

Desta forma se transfere aos indivíduos a responsabilidade pelo estabelecimento de estratégias que sejam capazes de inseri-los no mercado de trabalho. Sob o argumento da empregabilidade, a necessidade de os indivíduos disporem de habilidades adequadas aos interesses da produção passa a ser o elemento principal nas discussões a respeito das possibilidades para superar o desemprego existente:

Seriam os processos, as reformas educacionais que buscam “enquadrar”, no plano de gestão, organização, e nos conteúdos, os processos formativos e de qualificação e requalificação, dentro da perspectiva das competências definidas pelo mercado, uma resposta efetiva à crise do processo civilizatório, crise do trabalho assalariado, e à inserção dos nossos países na competitividade globalizada? Qual é o efetivo poder dos processos educativos e da qualificação para produzirem a composição adequada de competências e sua permanente atualização para conferir ao milhões de desempregados “empregabilidade”? (FRIGOTTO, 1999, p. 9).

A formação profissional e o desenvolvimento humano tornaram-se eixos estratégicos das políticas de qualificação dos trabalhadores diante das transformações no processo produtivo. A crescente busca pela rapidez de informações, pelo conhecimento e por novos modelos de gestão da força de trabalho têm, cada vez mais, ampliado o grau da competitividade social e profissional, trazendo estes eixos, que são estratégicos, sob dois parâmetros que podem ser discutidos: as inovações, que no processo produtivo podem significar os novos conhecimentos que se tem sobre o trabalho, e, por seqüência, a adaptação às demandas mercadológicas que requer uma formação profissional e a emergência daquele trabalhador instrumentalizado, depositando-se na educação, o desafio da formação científico-tecnológica e também política (CRUZ, 1999).

Ainda, segundo Cruz (1999), nesse processo de discussão e pesquisa e de uma pesquisa sistemática, surgem alguns horizontes fundamentais de análise: o reconhecimento da importância em analisar o nexo entre formação profissional e formação humana, em razão das exigências operacionais alavancadas pelas mudanças tecnológicas e pelos novos programas de formação e desenvolvimento no trabalho gerido pelas organizações. São operados conceitos ditos *profissionalizantes* como forma de satisfazer às exigências da competitividade e às tentativas de integração entre o conhecimento que o trabalhador detém sobre a sua atividade profissional e a realidade do processo de trabalho; assim, observa-se a necessidade de confluir os interesses gerados pela absorção do instrumental técnico (domínio científico e tecnológico) e o compromisso com a motivação humana, na tentativa de conciliar a qualidade formal (a competência técnica) com a qualidade subjetiva (a identificação com o trabalho e seus aspectos motivacionais).

A formação profissional do trabalhador, ao se mostrar ideologicamente configurada ora em programas de capacitação técnica, ora em programas de valorização do humano, se vê atropelada pelas condições econômicas, políticas e culturais da sociedade e das próprias organizações, o que permanece como um desafio à construção de alternativas reais ao processo de formação profissional, visto que implicaria assumir que a formação e o desenvolvimento do trabalhador deveria se configurar numa instrumentalização da realidade do trabalho, isto é, a aprendizagem de conceitos e métodos a partir das qualidades formais e subjetivas construídas e vividas nas relações de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 trouxe mudanças significativas em relação à educação profissional no país. De acordo com Souza e Silva (2002), mudou praticamente tudo, pois a Lei 5.692/71 tinha como finalidade do ensino médio tornar o aluno um técnico ou auxiliar técnico, como condição para diplomar-se ao fim do curso. O ensino profissionalizante passa a ter uma interface de pós-secundário, correspondendo às exigências da economia, onde o trabalhador deve compreender o significado dos princípios científicos e tecnológicos, que ficam na base de cada etapa do processo de produção.

Para Antunes (2002), a sociedade contemporânea, nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva

da *era da acumulação*, ambos dotados de um forte caráter destrutivo. Estas transformações acarretaram entre tantas outras consequências, uma ampliação desmedida do desemprego, uma enorme precarização do trabalho e também uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias. O entendimento abrangente e totalizante da crise que atinge o mundo do trabalho passa, deste modo, por um conjunto de problemas que incidiram diretamente no movimento operário, na medida em que afetaram tanto a economia política do capital quanto as esferas política e ideológica. Mas é importante e decisivo perceber que há um conjunto abrangente de mutações que vêm afetando a classe trabalhadora nesta fase de transformações do mundo produtivo dentro de um universo onde predominam elementos do neoliberalismo.

Para Paiva (2002), as novas condições de inserção no mundo do trabalho dos que estão buscando emprego pela primeira vez, de reinserção dos que foram expelidos do mercado em função de dificuldades de adaptação e não lograram reingressar, ou dos que optaram por abdicar do trabalho formalizado, acaba por colocá-los diante de uma nova maneira de focar e de vivenciar fenômenos sociais diversos. Uma observação se faz importante: se tais competências incluem a disposição e a capacidade de mudar constantemente, de aprender não apenas novas técnicas, mas de aceitar novas relações sociais e laborais, então indivíduos qualificados podem ser pouco empregáveis. Assim, o desperdício de qualificação que se percebeu no final do século XX não é resultado apenas da contração do assalariamento, mas de uma valoração negativa da memória social e profissional dos quadros que chegaram a viver plenamente o período anterior.

A qualificação profissional e o desafio do emprego, a natureza das transformações ocorridas no final do século influenciou fortemente o debate acerca do papel da educação e da formação profissional. As alterações nos sistemas educacionais fizeram-se necessárias, pois o despreparo da oferta de trabalho para ocupar os empregos traria, como consequência, o desemprego e a menor inclusão do trabalhador nos frutos do desenvolvimento econômico. Nestas circunstâncias, as implicações da educação profissional tenderiam a apontar para uma educação continuada, voltada para a multidisciplinaridade e para os programas de qualificação (POCHMANN, 2012).

Segundo Souza (2009), os problemas da política de formação/qualificação profissional começaram já a partir dos seus objetivos, especialmente na relação entre escola e mundo do trabalho; no lugar de constituir uma unidade interativa entre escola e trabalho, restringiu-se a uma mera divisão do trabalho educacional, onde, à educação profissional coube o papel de fornecer a qualificação social na forma de conhecimentos para o exercício de atividades produtivas – necessária para jovens e adultos se adaptarem às novas demandas de produtividade e competitividade.

Entende-se que são necessárias as discussões sobre as formas de inclusão na educação pelo trabalhador que porventura possa estar desempregado e excluído de alguma forma da sociedade. Mas, em contraponto, “reforçar, pura e simplesmente, a tese oficial de que a escolarização complementada por alguma formação profissional confere “empregabilidade”, é, no mínimo, má fé” (KUENZER, 2005, p. 69).

Conforme Frigotto (2005), a educação formal e a qualificação profissional sempre apareciam como sendo formadoras do capital humano. Este conceito, mesmo sendo uma expressão de leitura economicista, engendrava perspectivas que estavam vinculadas à tese do pleno emprego. Esta ideologia embasava-se na propaganda de que o investimento no capital humano iria permitir aos países subdesenvolvidos desenvolverem-se, e os indivíduos teriam a garantia de melhores empregos, de uma maior produtividade, mobilidade e também de ascensão social, portanto, a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da “empregabilidade”.

Para Antunes (2007), as respostas do capital à sua crise estrutural, a reestruturação produtiva e as repercussões no processo de trabalho, no início dos anos 70, fizeram com que o capitalismo estivesse frente a um quadro crítico acentuado. Neste período ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões nos valores constitutivos da classe que vive do trabalho.

Além disso, também ocorreram repercussões no campo da educação, que foi afetada pela crise e por uma necessidade de respostas rápidas a estas mutações, onde a inserção no mercado de trabalho era algo urgente. De acordo com Frigotto (1993), pelo ângulo da qualificação técnica específica proporcionada pela escola,

não restam dúvidas de que o capital tende a renunciar cada vez mais da escola em geral, e até mesmo das instituições do tipo SENAI, para a função de qualificar para o trabalho produtivo material imediato. Resta claro a desqualificação progressiva decorrente dos métodos de simplificação do trabalho, e da escola enquanto instituição produtora ou simplesmente divulgadora do saber, saber que no interior é força produtiva comandada pelos interesses do capital.

Para Pochmann (2009), o Brasil vive, na atualidade, a mais grave crise de desemprego. Nem mesmo a transição do trabalho escravizado para o assalariamento, no final do século XIX, proporcionou tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção da mão-de-obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias atuais.

Verificando as tendências das ocupações profissionais, mais recentemente, estas têm procurado destacar a necessidade da formação de um novo trabalhador, mais condizente com as alterações nas condições de produção, bem como, com a reprodução do trabalho pelo capitalismo no fim do século. Para evitar a inadequação entre a demanda de trabalho e a oferta de trabalho com pouca preparação, tornavam-se crescentes os requisitos de maior qualificação profissional e a elevação das habilidades para o exercício laboral. Em geral, as perspectivas de estudos realizados fazem maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais, sobretudo daquelas sustentadas por exigências de mais escolaridade e qualificação profissional (POCHMANN, 2012).

Para Frigotto (2010), os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador, aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. Ao se examinar a proposta de educação técnica e profissional veiculada pelos organismos ligados aos empresários, direta ou indiretamente, percebemos, mais claramente, o limite e estreiteza das elites na luta para ter controle privado desta modalidade de ensino, mesmo quando este é mantido pelo Estado. A luta destas elites, com o apoio da maior parte das direções das escolas técnicas e setores atrasados do próprio magistério e funcionários, é de

manter o sistema de ensino técnico-industrial como um enclave no sistema de educação.

Estar preparando para uma continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho, traduz uma ambiguidade, uma vez que esta não é uma questão apenas pedagógica, mas também política. Ou seja, determina as mudanças nas bases materiais de produção a partir do que se define a cada época como uma relação peculiar entre trabalho e educação (KUENZER, 1997).

Segundo Frigotto (2010), existem algumas políticas em curso para delegar às empresas privadas a tarefa de salvar a escola básica e propostas de escolas cooperativas a cargo dos bairros, centros habitacionais ou empresas prestadoras de serviços educacionais. Para Pino (2002), nos tempos de globalização e de reestruturação produtiva, o Brasil estaria atravessando a implantação de uma reforma educacional, passando por modificações na estrutura da educação brasileira, e a formação profissional vem sendo vista como uma resposta aos problemas postos pela globalização econômica, pela competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e também pelo desemprego estrutural, pois:

A formação técnico-profissional é um exemplo de política que caminha passo a passo com uma propaganda intensa e reiterada. Ela vem sedimentando, como parte de uma profunda revolução cultural no imaginário das classes trabalhadoras e população em geral – desempregados/as, subempregados/as, trabalhadores/as precários/as, excedente de mão-de-obra – a idéia de que, mediante as diferentes modalidades deste tipo de formação, todos se tornarão empregáveis. É ingênuo acreditar que é possível corrigir as distorções do mercado em função da qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não é a escola que define o posto que o homem ou a mulher irão ocupar na produção. Ao contrário, muitas vezes o lugar que a família do aluno ou da aluna ocupa na produção é que acaba levando o/a aluno/a para um determinado tipo de escola. Portanto, não é possível resolver a crise de emprego dentro da escola (PINO, 2002, p. 79).

Parece haver maior espaço para que a qualificação real molde as formas sociais de inserção, o nível de qualificação e de conhecimentos da população, e influencie na reorganização das políticas sociais e trabalhistas a que vamos assistir. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida onde se insere o trabalho. “Pode-se dizer que estamos diante de maiores e diferentes exigências educacionais e que as clássicas funções dos sistemas de educação estão em questão” (PAIVA, 2002).

É importante ressaltar a evolução da formação profissional no Brasil. A experiência brasileira com a educação profissional é relativamente longa; foi introduzida ainda na década de 1940 e permitiu consolidar os principais modelos de qualificação dos trabalhadores na periferia do capitalismo mundial. Em parte o país já havia passado no século XIX por experiências de aprendizagem profissional, nos colégios fabris, dos liceus de artes e ofícios e das escolas de aprendizes de artífices. A implementação da aprendizagem profissional no governo Vargas, buscou oferecer alguma qualificação profissional, mas não há consensos sobre a eficácia dos programas desenvolvidos (POCHMANN, 2012).

Como também não há como garantir a eficácia deste programa que vem sendo alardeado pelo governo federal país afora. Os desdobramentos destas políticas implementadas e as consequências destas ações poderão não gerar o resultado esperado pelo Estado. O foco do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria está calcado na questão da competência, onde o saber fazer, se coloca a frente do saber formal.

É importante salientar que a concepção de “trabalho como princípio educativo”⁵, baseado na capacidade do ser social transformar a realidade e de transformar a si mesmo, é uma concepção distinta da clássica concepção liberal “educação para o trabalho” ou da concepção de “educação para empregabilidade” que orientam as reformas educacionais em curso (LIMA FILHO, 2003).

Na perspectiva de Miranda:

A política educacional em curso no Brasil sofre grande influência dos organismos internacionais, principalmente da Cepal e do Banco Mundial sendo importante, contudo, ressaltarem-se as diferenças entre os dois organismos: Na definição das políticas educativas na América Latina assume papel decisivo o Banco Mundial e sua posição de defesa explícita da vinculação entre educação e produtividade, numa visão claramente economicista, sem a preocupação dos documentos cepalinos de vincular esses objetivos com o desenvolvimento da cidadania (MIRANDA, 1996 *apud* PERONI, 2003, p. 97).

De acordo com Paiva (2002), são muitos os que ainda consideram o conceito de competência como o mais correto ao novo grau a partir do qual se entende a empregabilidade. As competências supõe um atendimento às necessidades do

⁵ “Entender o **trabalho como princípio educativo** é entender a educação como prática produtora da transformação humana” (LIMA FILHO, 2003).

capital e se revelam como um preparo aos novos tempos já que é necessário encontrar alternativas ao desemprego. As virtudes pessoais são parte das competências e medidas por mecanismos mais objetivos; os empregos ou a inclusão dependem do esforço individual do discente e da tarefa das instituições de torná-lo *empregável*:

Transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. A “empregabilidade” converte-se, neste caso, num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital. E, se esta ideia foi tida como parte de um cardápio de críticas do capitalismo e acusações e foram assumidas por políticas sociais, ela hoje converteu-se numa constatação banal e numa direção vista socialmente como desejável diante do desemprego em círculos que a abjuravam. Se, antes, estar incluído podia ser visto como estar subsumido heteronomamente, hoje é estar a salvo de uma ainda nebulosa exclusão social que funciona como complemento necessário da inclusão (PAIVA, 2002, p. 59).

No próximo capítulo, será exposta e discutida, a relação pública e privada em educação, bem como, a dificuldade em estabelecer os limites de cada esfera neste campo, onde a qualificação profissional é vista como uma alternativa rápida para superar o desemprego, e a iniciativa privada possui participação relevante neste processo de implementação de políticas voltadas à inclusão produtiva através do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

3 PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO

3.1 As relações público e privado – a que conduzem?

A abordagem do público e privado em educação é um tema polêmico e que instiga a discussão sobre quais os limites entre estas duas esferas. Percebe-se cada vez mais uma participação efetiva da iniciativa privada na esfera pública e vice-versa, onde o Estado transfere à iniciativa privada o poder de executar cursos profissionalizantes com recursos federais.

Importante destacar que o Sistema S integra o sistema federal de ensino como mantenedor, conforme abaixo:

Art. 20. Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos dos incisos VIII e IX do art. 9º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso VI do art. 6º-D desta Lei (BRASIL, 2013).

No entanto, tal sistema não pertence à Administração pública direta ou indireta, visto que possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e isto no final das contas pode gerar um problema de controle:

Os integrantes do sistema “S”, não obstante serem pessoas jurídicas de direito privado, são destinatários de dinheiro público, arrecadado mediante as respectivas contribuições sociais de interesse corporativo, para financiamento da prestação de serviços públicos que lhes são delegados. Isso implica um grande problema de controle à medida que os serviços sociais autônomos, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não se submetem ao extenso e variado controle exercido sobre a Administração Pública Federal, em especial, no domínio financeiro (TCU, 2013)⁶.

No Brasil, a educação privada sempre teve o reconhecimento e a possibilidade de atuar nos sistemas de ensino sob o regime de concessão ou de autorização. É real a competência privativa do Estado como um emissor de certificados e diplomas que tenham a validade nacional, porém, é real também que essa delegação esteja com a liberdade dentro da Lei. Além disso, a liberdade do

⁶ TCU. **O TCU e as Entidades do Sistema S**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/apresentacao/2013/RAP_SistemaS_25-06-2013.pdf> Acesso em: 03 fev. 14.

ensino apoia-se na pluralidade de concepções e iniciativa, todavia, essa ligação entre o direito à educação escolar como bem público terá na legislação um de seus apoios.

Uma vez que o Estado seja provedor do bem, seja para intervir nas desigualdades nascidas da distribuição desigual da riqueza, ou para permitir a pluralidade de iniciativa, o Estado pode então, embasado legalmente, efetuar uma autorização, permissão ou concessão para que este bem seja oferecido pela iniciativa privada. Ainda, neste sentido, o direito das famílias em postular e da iniciativa privada em oferecer esse bem se ancora no direito de ensinar. Contudo, em ambos os casos esta relação aprendizagem/ensino ou ensino/aprendizagem se torna um bem público, mesmo que mediado pela ação da iniciativa privada (CURY, 2008).

E é justamente o que governo federal faz, se utiliza de uma base legal, para através de instrumentos legais, ampliar a abrangência do PRONATEC com o apoio da iniciativa privada. Para Lima Filho (2003), a assimilação e implementação das políticas dos países periféricos com o sistema de relações capitalistas gera diversos processos políticos em que as elites dominantes se articulam ao capital internacional, onde a orientação das reformas educacionais se dá por mecanismos variados, como a exigência de condicionalidades para a concessão de financiamentos internacionais. A Reforma de Educação Profissional foi efetuada com recursos do BID. E, em sua análise, existe a influência direta do banco, seja na forma conceber a política educacional, seja nas medidas legais que balizam a reforma.

Os cursos profissionalizantes de nível básico acabam dispensando a escolaridade prévia e, neste sentido, cumprem uma função alternativa ou substituta à escolarização regular. Há uma política de natureza compensatória que contribui para a efetividade da terminalidade escolar ao nível de séries iniciais da educação fundamental ou mesmo de renúncia da educação formal à ampla parcela da população. As escolas técnicas federais, agrotécnicas e CEFETs estão na obrigação de deslocar sua atuação para as políticas de geração de emprego e renda, ofertando aprendizagem profissional e qualificação básica, modalidade que tradicionalmente é assumida pelo setor privado, em especial, pelo Sistema S. Neste

sentido é promovido um desvio de funções que se traduz pela ambiguidade assumida pela instituição ao tentar compatibilizar o público e o privado.

As dimensões do público e do privado na sociedade capitalista são esferas opostas, e não constituem como esferas isoladas, autônomas. Ambas ocupam contraditoriamente, os mesmos lugares e espaços. Indica uma carência de sentido pensar o mercado, nos dias atuais, sem o papel do Estado, da propriedade privada. Também não se pode conceber a sociedade civil desconectada do Estado e do mercado: os interesses do mercado e do Estado nas esferas econômica e política refletem nas relações da sociedade civil. Por outro lado, estas dimensões no contexto da hegemonia neoliberal tentam ser ressignificadas – pretende-se a identificação da esfera estatal como sendo pública, retirando empresas e interesses privados do seu controle; procura-se a imagem de um mercado que não interfira no Estado e sem o controle deste, procura-se um ideológico terceiro setor supostamente neutro, articulador dos interesses públicos e privados. Contudo, nestes movimentos ideológicos esconde-se o projeto que retira do Estado o máximo possível de suas funções públicas, permanecendo fundamentalmente suas funções privadas, deixando que as relações no âmbito do mercado sejam comandadas pela concorrência, e as relações na sociedade civil, marcadas por uma ideológica parceria e voluntarismo supostamente em prol de um “interesse comum” (MONTAÑO, 2008).

Os limites entre o público e o privado em educação devem estar bem definidos para facilitar a fiscalização, além disto, a educação não pode ser vista como um produto mercadológico. Conforme Akkari (2011), não é por acaso que a Educação é uma fonte e um mercado garantido e inesgotável, o grande mercado do século XXI que atrai o setor privado para o investimento nesta área. E a privatização da Educação nada mais é também do que uma forma de os investidores diversificarem as suas aplicações em tempos de crise econômica. As lógicas de ensino público e privado podem divergir tanto no nível dos objetivos como em modos de regulação:

As nossas escolas não irão melhorar se nós esperarmos que elas ajam como empresas privadas buscando o lucro. Escolas não são negócios; elas são um bem público. O objetivo da educação não é produzir maiores escores, mas sim educar as crianças para que elas se tornem pessoas responsáveis com mentes bem desenvolvidas e um bom caráter. As escolas não deveriam ter que apresentar lucros na forma de escores com valor

agregado. O incessante foco nos dados que se tornou lugar-comum nos últimos anos está distorcendo a natureza e a qualidade da educação (RAVITCH, 2011, p. 254).

A iniciativa privada pode enxergar a educação como um produto, pois o seu objetivo é o lucro, já o Estado tem por obrigação oferecer um ensino gratuito e de qualidade. Mas, ao mesmo tempo, necessita atender aos interesses dos órgãos internacionais que financiam a sua dívida. Há um jogo de interesses, na verdade, onde a educação se torna um produto de troca e os números se tornam mais importantes que a discussão pedagógica de um projeto educacional.

3.2 Mix público e privado em Educação

O mix público/privado na sociedade capitalista contemporânea traz consigo características estruturais e fundantes, com inúmeras contradições: uma primeira contradição é a socialização da produção e a apropriação privada do seu produto, onde a primeira é algo coletivo, público, de massa; e a segunda fica nas mãos dos capitalistas mediante a exploração da força de trabalho. Este fato gera uma oposição entre o público e o privado. Outra contradição capitalista aparece entre o público e o privado na oposição liberal entre a liberdade (individual, negativa, formal) e igualdade e justiça social. Enquanto isso, na sociedade capitalista, a busca da justiça social e da igualdade social, remetem às ações públicas que, numa sociedade estruturalmente desigual, são necessárias para “corrigir” tais desigualdades. Uma terceira contradição aparece na medida em que o Estado se faz presente como instrumento de reprodução da ordem e garantia da propriedade privada e da acumulação capitalista, e esta instituição como instrumento de desenvolvimento com vistas à diminuição da desigualdade social. Uma quarta e última contradição surge como a setorialização do real no Estado como primeiro setor, no mercado como segundo setor e na sociedade civil transmutada em terceiro setor, propiciando o debate entre o público e o privado no terceiro setor (MONTAÑO, 2008).

Este *mix* e esta relação existente entre o público e o privado, em especial na área da educação, faz com que se tenha que refletir sobre os limites de intervenção do Estado e da iniciativa privada na educação. Há uma utilização demasiada de Faculdades Privadas, no tocante ao ensino profissional, onde a sua importância e

relevância frente ao PRONATEC/Brasil Sem Miséria, por exemplo, pode ser uma forma de privatizar e precarizar a educação:

A educação profissional de nível básico contempla desde os cursos de aprendizagem profissional, tradicionalmente oferecidos pelas organizações do Sistema S e agências de formação de mão-de-obra, até cursos de capacitação específicos e treinamentos, realizados pelas empresas. Nesse sentido concluímos que a oferta de educação profissional de nível básico nas instituições públicas, poderá contribuir para o fortalecimento da dualidade das trajetórias educacionais – na medida em que esses cursos cumprem função alternativa ou substitutiva à escolarização regular – e para o deslocamento da atuação das instituições públicas em direção ao setor empresarial, produzindo uma situação de ambiguidade público-privado em sua natureza institucional (LIMA FILHO, 2003, p. 67).

Voltando um pouco no tempo, veremos que estas questões não são de hoje. Segundo Peroni (2008), por volta de 1980 vivia-se um período de redemocratização da nossa sociedade e também da América Latina. Ocorre que a sociedade civil lutou por uma abertura política e quis outro tipo de relação com o Estado, onde houvesse controle social, transparência e também participação do público. Porém, neste mesmo período histórico já se vivia um momento de crise, que se podia entender, em geral, como a diminuição da taxa de lucro do capitalismo, e, mais pontualmente, com a crise da acumulação daquele período fordista/keynesianista e do Estado desenvolvimentista na América Latina. As principais estratégias utilizadas para a superação da crise foram: a reestruturação produtiva, a globalização, o neoliberalismo e a Terceira Via⁷.

Conforme Pereira:

A política educacional foi se definindo por uma política compensatória, que procurava legitimar-se por uma estratégia de hegemonia, esta política expressou a dominação da burguesia viabilizada pelo Estado Militar. Dessa forma, a educação foi assumindo uma concepção produtivista e o modelo renovador foi se esgotando. Esta concepção faz parte da teoria do Capital humano que surgiu por volta de 1950 e foi impulsionada em 1960. Esta teoria relaciona a educação ao mercado e à produção, estimulando a educação técnica profissional de caráter terminal em detrimento da educação propedêutica, favorecendo a privatização de inúmeras empresas estatais, provocando concomitantemente o sucateamento da escola pública brasileira, fato este que chama a atenção ainda nos dias atuais (PEREIRA, 2008, p. 9-10).

⁷ A Terceira Via apresentou-se como uma alternativa colocada ao neoliberalismo e também à antiga social-democracia. Apesar de ter o mesmo parecer, de que o Estado estava em crise, apresentou-se estratégias diferentes para superá-la. O neoliberalismo propôs a privatização, a passagem praticamente totalitária para o mercado, ficando para o Estado apenas a coordenação, não mais a execução. Enquanto que na Terceira Via havia uma outra estratégia que não a privatização: o “terceiro setor” (PERONI, 2008).

A legislação por si só, já traz consigo vários aspectos de permissões e concessões que acabam por esbarrar muitas vezes neste impasse e jogo de interesses. Segundo Cury (2008), a Constituição de 1988 trouxe dispositivos relativos à coexistência institucional, lucratividade e avaliação, onde essas mudanças legais foram acompanhadas de novas realidades, no sentido mais amplo da vida nacional e internacional. Deste modo, as redes públicas de ensino voltadas para etapas da educação básica passaram a crescer e absorver largas camadas da população, onde a rede privada, na educação básica, tentou manter-se com a flexibilidade trazida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e das regulamentações da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), além dos atos da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), relativos ao campo do ensino superior:

Os novos reformadores corporativos demonstram sua precária compreensão da educação construindo falsas analogias entre a educação e o mundo empresarial. Eles pensam que podem consertar a educação aplicando princípios de negócios, organização, administração, Lei e marketing, e pelo desenvolvimento de um bom sistema de coleta de dados que proporcione as informações necessárias para incentivar a força de trabalho – diretores, professores e estudantes – com recompensas e sanções apropriadas (RAVITCH, 2011, p. 26).

A empregabilidade deve ser uma consequência natural de um bom currículo. E, segundo Ravitch (2011), em uma análise feita nos EUA, o currículo e o ensino eram bem mais importantes do que a escolha e a responsabilização; a escolha poderia render bons frutos, mas não o suficiente para fortalecer a educação. Poderia também haver, a partir desta ideia, um comprometimento da escola pública em remover os melhores estudantes das escolas dos bairros mais pobres. A responsabilização havia se tornado mecanicista e até mesmo contrária à boa educação, ou seja, o que estava escrito na Lei Federal, acabava por não elevar os padrões educacionais, mas sim por imbecilizar as escolas e revelar que os Estados e distritos que lutavam para alcançar de metas irrealistas.

Abaixo é possível identificar as principais diferenças comparativas entre o ensino público e o privado na educação. Na tabela podemos perceber que as finalidades já distinguem bem as duas esferas:

Quadro 1 – Comparação entre o ensino público e o privado

	Público	Privado (lucrativo)
Finalidades	Universalismo, Igualdade de oportunidades e Educação do cidadão.	Satisfação familiar e/ou religiosa e lucro.
Estatuto	Controlado pelos poderes públicos (eleitos).	Controlado por grupos privados.
Organização	Externa: autoridades políticas e administrativas.	Interna: administração da escola e pais de alunos.
Controle das prestações	Externa: autoridades políticas e administrativas.	Interna: administração da escola e representantes de pais de alunos (clientes).
Obrigação de resultados e prestações de contas (accountability)	Opinião pública; avaliação externa.	Famílias; mercado monetário.

Fonte: (AKKARI, 2011)

A relação existente entre a esfera pública e a privada em educação atende a interesses de ambas as partes. O Estado não objetiva o lucro, mas necessita demonstrar números para a sociedade referentes às suas ações na área educacional e atender diretrizes de organismos internacionais. A educação deveria ser exclusivamente pública, e, de acordo com a sua finalidade, proporcionar igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Este fato já seria suficiente para se almejar uma educação pública gratuita e de qualidade para todos.

3.3 Participação da Iniciativa Privada na Educação Pública

O Estado descentraliza as funções que deveriam ser suas e transfere tarefas estatais para a iniciativa privada. O Programa PRONATEC atinge proporções vultosas no país e envolve, em seu bojo, uma gama enorme de instituições de cunho privado, faculdades privadas de ensino superior que visam ao lucro, diferentemente

da esfera pública. O governo federal transfere recursos financeiros às entidades privadas para o financiamento da sua política de educação, e oferece benefícios a estas empresas com a finalidade de aumentar a quantidade de cursos gratuitos de qualificação profissional oferecidos no país.

Para Akkari (2011), as políticas educacionais sofrem influência das organizações internacionais que têm cada vez mais peso no contexto da globalização, e aos poucos entram em jogo na política nacional de educação, colocando em xeque o papel dos atores que são históricos para a educação, que são o Estado e a sociedade civil. Existem as organizações internacionais, porém, é difícil conceituá-las devido à pluralidade das mesmas, sendo que “organização internacional” acaba por referir-se ao sistema das Nações Unidas, sendo que a Organização das Nações Unidas volta-se para a educação, à ciência e a cultura (Unesco) e a Unicef para as agências especializadas em Educação. Contudo, existem outros tipos de organizações internacionais que influenciam o setor educacional, tais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde), onde cada uma dessas organizações apresenta a sua visão de educação:

As teses centrais do neoliberalismo, considerando o conceito de mercado como eixo das relações sociais, bem como a defesa do estado mínimo contra o estado benfeitor, têm sido orientadoras das políticas sociais e muito especialmente das políticas educacionais. As políticas sociais pode-se dizer, foram também elas atiradas às leis de mercado (SANFELICE, 2009, p. 10).

Nesse sentido, há uma intensa discussão quanto ao papel das organizações internacionais nas políticas educacionais dos países emergentes, pois a transferência progressiva da liderança da Unesco para o Banco Mundial acabou sendo sentida no campo educacional. As duas instituições possuíam, nas suas origens, visões muito distantes uma da outra – a Unesco apresentava uma visão mais humanista da educação, inclusive com um relatório de 1996, onde a educação fazia referência a quatro pilares que incluíam: aprender a conhecer (valorização do conhecimento), aprender a fazer (competências), aprender a ser (realização pessoal, criatividade), aprender a viver juntos/conviver (coesão social). Em contrapartida, a esta perspectiva o Banco Mundial apresentava uma visão mais instrumental, na qual a Educação deveria permitir a inserção dos indivíduos na

economia do mercado local ou global. Então as prioridades inspiradas pelo Banco Mundial são muitas, mas duas chamam a atenção: o aumento da participação do setor privado no âmbito educacional, o que permitiria reduzir a pressão sobre as finanças públicas mobilizando algumas famílias para que se encarreguem dos gastos escolares e uma descentralização da gestão da Educação, dando maior prioridade à aquisição de conhecimentos que possam ser mobilizados no setor produtivo, reformando os currículos escolares (AKKARI, 2011):

O governo brasileiro completa o ciclo da privatização, precarização e aligeiramento da formação técnica de nível médio. O que antes era apenas enunciado, com o PRONATEC a educação explicitamente torna-se uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital (LIMA, 2012, p. 11-12).

A nossa Constituição Federal permite que a iniciativa privada execute o ensino da seguinte forma:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

A partir do momento em que há esta permissão na execução, entende-se que há uma concorrência de forças e de interesses para o oferecimento da educação. Onde os limites entre o público e o privado muitas vezes se confundem, abrindo brechas para uma possível privatização do setor público. Onde o cunho político embutido em programas inclusivos se sobrepõe ao projeto pedagógico do ensino profissional.

Segundo Ravitch (2011), as escolas não irão melhorar se continuamente houver uma reorganização na estrutura e na administração sem considerar o seu propósito essencial. Os problemas educacionais ocorrem em função da falta de visão educativa, não de um problema administrativo com a necessidade de um batalhão de consultores empresariais. Deve sim, haver profissionais qualificados para garantir o melhor funcionamento das escolas; mas estas mudanças organizacionais, por si só, não criam um programa sólido que eleve a educação à excelência. A forma mais durável de melhorar nossas escolas é melhorar o currículo e as condições de trabalho dos professores, o que é muito diferente de ficar discutindo como os sistemas escolares devem ser administrados, organizados e

controlados. As escolas não irão melhorar se houver interferência de políticos na área pedagógica que tomam decisões que deveriam ser dos profissionais da educação.

As alternativas mais discutidas para a descentralização seriam: privatizar estritamente, ou seja, transferir a exploração da administração pública para a administração privada, terceirizar os serviços de apoio à administração pública, a participação da população na gestão pública e o controle social pelos cidadãos e organizações governamentais. A descentralização ocorre em um contexto de grande competitividade internacional, onde a regra é a desregulamentação como uma forma de eliminar os obstáculos ao livre jogo do mercado, onde o Brasil e a América Latina, através da crise da dívida externa, aprofundada nos anos 80, tornaram-se reféns dos organismos internacionais, em especial, do FMI, que determina a redução dos gastos públicos. E, de acordo, com este contexto, essa descentralização tenta retirar as responsabilidades do Estado, transferindo para terceiros e para a sociedade tarefas que seriam suas e relativas às políticas públicas e sociais (PERONI, 2003).

4 PRONATEC (PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO) – FORMATAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 A institucionalidade do PRONATEC/Brasil Sem Miséria

Neste capítulo pretende-se expor, de um modo geral, como o Programa PRONATEC está articulado com o Plano Brasil Sem Miséria. Serão abordados o Programa, os objetivos, as diretrizes, alguns aspectos legais e iniciativas envolvidas na elaboração do mesmo. A fim de apresentar seus aspectos institucionais e verificar quais as pretensões do governo federal em relação aos cursos de qualificação profissional no país.

O Plano Brasil Sem Miséria que foi lançado em junho de 2011. É um plano do governo federal que possui como finalidade a superação da condição de extrema pobreza de uma parcela da população brasileira. Este Plano, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, organiza-se em três eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso a serviços e a inclusão produtiva (MDS, 2013).

No último eixo de atuação citado está o PRONATEC, que é considerado pelo governo federal um programa de inclusão produtiva. Essa parceria entre o MEC (Ministério da Educação) e o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) formam um plano e um programa que teoricamente incluem o estudante ou trabalhador atrelado a uma lógica de mercado.

Esta articulação entre os dois ministérios possibilita a oferta gratuita de qualificação profissional para as pessoas que estão inscritas no Cadastro Único, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Então tudo o que foi exposto e a oferta destes cursos a este público alvo prioritário denomina-se PRONATEC/Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM), um programa e um plano com vistas a reduzir a extrema pobreza no país (MDS, 2013).

4.2 Diretrizes, objetivos e iniciativas envolvidas no Programa

O PRONATEC é um Programa que possui como finalidade:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011).

Para que haja essa ampliação da oferta de educação profissionalizante de que trata a Lei, e visando números impressionantes de matrículas em cursos de qualificação profissional país afora, o governo federal conta também com a participação de instituições de direito privado.

De acordo com Lima (2012), o PRONATEC veio a ser mais do que uma adaptação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que transfere recursos públicos para instituições privadas, através de Bolsas. A Lei que instituiu o PRONATEC acabou por alterar a legislação do seguro desemprego, do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e dos programas de transferências de renda. O PRONATEC é a concretização das recomendações da Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura (UNESCO), de que os governos da América Latina deveriam utilizar o modelo do Sistema “S” para a formação profissional.

A partir de 2009, o Senac teria que destinar 20% de sua receita líquida a vagas em cursos gratuitos. E, a cada ano, aumentar em média cinco pontos, até alcançar o patamar de 66,6% em 2014, representando dois terços dos recursos do órgão. Já o Senai destinaria 50% dos recursos para vagas em cursos gratuitos em 2009. E, a partir das evoluções anuais, em 2014 chegaria também em 66,6%. Em relação ao Sesi e Sesc, em 2009 cada entidade teria que oferecer 10% da receita líquida para a educação básica e continuada, e, através da progressão anual,

alcançaria 33,3%, onde metade dos valores financiariam alunos com baixa renda⁸ (MEC, 2013).

Os objetivos estabelecidos no Programa e de acordo com a Lei 12.513/11 são:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Os objetivos podem, na prática, não estar de acordo com o previsto, pois essa massificação de cursos rápidos tende a comprometer a qualidade do ensino. A realização dos cursos também não é uma garantia de ampliação das oportunidades educacionais ou de empregabilidade.

As pretensões do governo federal com o PRONATEC/Brasil Sem Miséria, não são pequenas em termos quantitativos. Segundo o site oficial do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), a meta é atingir 1 milhão de matrículas até dezembro de 2014. Contados desde 2011, as matrículas já chegaram a 834 mil matrículas, conforme a tabela abaixo retirada do site oficial do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

Tabela 1 – Matrículas do PRONATEC/Brasil Sem Miséria por Estado*

Estados	Quant. Municípios	Quant. Matrículas
Distrito Federal	1	3.620
Goiás	161	28.803
Mato Grosso	99	31.904
Mato Grosso do Sul	52	16.879

⁸ MEC. **Governo e Sistema S fecham acordo.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10909. Acesso em: 02 nov 13.

Centro-Oeste	313	81.206
Acre	22	14.970
Amapá	8	8.281
Amazonas	14	13.229
Pará	59	16.287
Rondônia	19	20.339
Roraima	11	2.451
Tocantins	102	10.054
Norte	235	85.611
Paraná	179	17.807
Rio Grande do Sul	236	97.589
Santa Catarina	196	38.447
Sul	611	153.843
Alagoas	44	31.307
Bahia	69	56.174
Ceará	84	49.422
Maranhão	89	41.927
Paraíba	57	27.204
Pernambuco	103	55.379
Piauí	47	13.446
Rio Grande do Norte	101	41.851
Sergipe	52	19.270
Nordeste	646	335.980
Espírito Santo	45	19.791
Minas Gerais	375	84.806
Rio de Janeiro	55	21.074
São Paulo	127	51.824
Sudeste	602	177.495
Brasil	2.407	834.135

(*) Dados atualizados até 09/12/2013.

Fonte: (MDS, 2014)⁹

⁹ MDS. Matrículas do Pronatec/Brasil Sem Miséria por Estado. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 14.

Até o final de 2013, o governo federal já estava atingindo a marca de quase 1.000.000 de matrículas, portanto, conseguindo cumprir com as metas quantitativas de oferecer o maior número de cursos de qualificação para os brasileiros. Observa-se na tabela que o Rio Grande do Sul é o Estado com maior número de matrículas, com 97.589 matrículas, ficando inclusive acima do Estado de Minas Gerais, que possui uma maior quantidade de municípios. Mas nas proporções da região, o Nordeste tem maior quantidade de matrículas, até mesmo pelo fato de possuir o maior número de municípios, oferecendo uma quantidade de matrículas significativas em relação ao restante do país.

Para a execução do Programa, o governo federal conta com um conjunto de iniciativas que estão envolvidas na execução do PRONATEC. Serão abordadas, brevemente, cada uma delas, para que se tenha uma ideia do que tratam estas iniciativas, com exceção da bolsa-formação, a qual será dado um maior enfoque devido ao fato desta iniciativa ser nova e criada especialmente para atender o PRONATEC.

- **Expansão da Rede Federal:** É uma iniciativa do governo federal criada em 2008, portanto antes do PRONATEC, que transformou Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país, e, depois de 2003 a 2010, foram entregues pelo Ministério da Educação à população 214 das previstas pelo plano de expansão da rede federal¹⁰, dentre outras:

Artigo 6º - Os Institutos Federais tem por finalidade e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Portanto, o governo federal utiliza-se dessa expansão da rede federal e de toda a sua infraestrutura para ofertar o PRONATEC, mas, mesmo assim, sente a necessidade de contar com a iniciativa privada para aumentar a quantidade de cursos oferecidos.

¹⁰ REDE FEDERAL. **Expansão da Rede Federal.** Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 05 mar 14.

- **Programa Brasil Profissionalizado:** Outra iniciativa que está envolvida para a execução do PRONATEC é o Brasil Profissionalizado, que é um programa que visa fortalecer a rede estadual de educação profissional e tecnológica. Criado no ano de 2007, o programa permite modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integradas com a educação profissional, que é uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem como objetivo a integração do conhecimento do ensino médio com a prática (MEC, 2013).

O Programa Brasil Profissionalizado está no âmbito do Ministério da Educação e pretende estimular o ensino médio integrado à educação profissional, dando ênfase à educação científica e humanística por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações regionais e locais (BRASIL, 2007).

- **Rede e-TecBrasil:** Através desta iniciativa são oferecidos cursos técnicos e de formação inicial e continuados na modalidade à distância:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (BRASIL, 2011).

A Rede e-TecBrasil apesar de ser criada recentemente, não foi uma iniciativa voltada para atender especialmente ao PRONATEC, apesar de hoje cumprir esta função também.

- **Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem:**

O Acordo de Gratuidade com o Sistema S ou SNAs, é algo que também já existia antes do PRONATEC, foi firmado em 2008.

Este acordo visava que o SENAI, SENAC, SESC e SESI, através dos recursos recebidos da contribuição compulsória, ampliassem progressivamente a aplicação dos recursos nas vagas gratuitas para as pessoas de baixa renda, priorizando estudantes e trabalhadores (PRONATEC, 2013)¹¹.

Entre as medidas do acordo está a aplicação de dois terços das receitas líquidas de Senai e Senac na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda ou trabalhadores – empregados

¹¹ PRONATEC. Disponível em: < <http://PRONATEC.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

ou desempregados. Sesi e Sesc destinarão um terço de seus recursos a educação. Outra novidade é o aumento da carga horária dos cursos de formação inicial, que passam a ter no mínimo 160 horas. A partir de 2009, já serão reservados pelo menos 20% dos recursos das entidades para o oferecimento de cursos gratuitos, caso do Senac. O Senai, por sua vez, já terá 50% de seus recursos aplicados no oferecimento de cursos gratuitos em 2009. Até 2014, Senai e Senac destinarão 66,6% da suas receitas líquidas, ou seja, dois terços dos recursos serão investidos na formação de estudantes de baixa renda e de trabalhadores. Sesi e Sesc, em 2014, destinarão 33,3% de suas receitas a educação, sendo metade desses recursos a atividades e cursos gratuitos (SISTEC, 2013).¹²

O governo federal quando fez este acordo, possivelmente já tinha a intenção de criar um programa que pudesse oferecer vagas gratuitas de cursos técnicos profissionalizantes e de formação inicial e continuada. Pois, no momento em que é acordado com o Sistema S, uma contrapartida para essa garantia de oferecer vagas gratuitas, o governo, automaticamente, conta com o apoio amplo destas entidades para participar do oferecimento da educação profissional no país.

- FIES Técnico e Empresa:

O FIES Técnico e Empresa é uma iniciativa que também contribui para a execução do PRONATEC, por meio do financiamento de cursos técnicos e de formação inicial e continuados, auxiliando desta forma aquele estudante ou trabalhador que não tenha condições financeiras de concluir o seu curso. No caso do FIES Empresa existe a possibilidade de serem financiados cursos até mesmo no local de trabalho:

O FIES Técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas e privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho (PRONATEC, 2013).

Assim, são oferecidas diversas possibilidades àqueles interessados em realizar um curso técnico ou de qualificação profissional. O governo federal se utiliza destas iniciativas para o oferecimento de vagas para atingir o maior número de cidadãos no Brasil.

¹² SISTEC. Disponível em: <<http://sitesistec.mec.gov.br/consulta-publica-ao-acordo-do-sistema-s>>. Acesso em 14 nov 13.

- Bolsa-Formação:

A última iniciativa pertencente ao PRONATEC e criada especialmente para atender a este programa é o Bolsa-Formação. Nesta pesquisa, efetua-se um olhar mais apurado em relação a este iniciativa, pelo fato de ser algo novo que está presente na execução do PRONATEC.

Assim, a Bolsa-Formação é uma iniciativa que oferece vagas gratuitas na Educação Profissional e Tecnológica, sendo de duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador com cursos FIC de no mínimo 160 horas-aula para aqueles beneficiários do seguro-desemprego e também dos programas de inclusão produtiva do governo federal, como a bolsa família. A outra modalidade é a Bolsa-Formação Estudante com cursos técnicos de no mínimo 800 horas-aula para aqueles estudantes da rede pública (PRONATEC, 2013).

Poderão ser concedidas bolsas pelas instituições das redes públicas de Ensino Profissional Técnico para os profissionais que estiverem envolvidos nas atividades que forem específicas da Bolsa-Formação (BRASIL, 2013).

Segundo o art. 9º da Resolução 62 /2011, o pagamento das bolsas aos profissionais que atuam nos cursos do PRONATEC deve obedecer aos parâmetros estabelecidos abaixo, relativos à carga horária de dedicação semanal ao Programa e respectivos valores:

I - coordenador-geral e coordenador-adjunto:

- a) por dez horas semanais: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais;
- b) por quinze horas semanais: R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais;
- c) por vinte horas semanais: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais;

II - supervisor de curso:

- a) por dez horas semanais: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais;
- b) por quinze horas semanais: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) mensais;
- c) por vinte horas semanais: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) mensais;

III - professor: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hora (60 minutos) de aula, em conformidade com as cargas horárias dos cursos.

IV - apoio às atividades acadêmicas e administrativas:

- a) por dez horas semanais: R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais;
- b) por quinze horas semanais: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais;
- c) por vinte horas semanais: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais;
- d) por quarenta horas semanais: R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais;

V - orientador:

- a) por dez horas semanais: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais;

- b) por quinze horas semanais: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais;
- c) por vinte horas semanais: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) mensais;
- d) por quarenta horas semanais: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais mensais) (BRASIL, 2011).

O deslocamento da mão-de-obra nos Institutos Federais para atender o PRONATEC se dá da seguinte forma: no caso do IFSul são oferecidas bolsas aos professores da própria instituição e aos técnicos-administrativos, através de editais com seleção interna, e também com editais de seleção para professores externos à instituição. Quando o professor pertence ao quadro do IFSul ele deve atuar nos cursos do PRONATEC sem prejudicar a sua carga horária de aulas que originou o seu contrato com a instituição. O deslocamento da força de trabalho no IFSul, para atuação no PRONATEC, se dá desta forma, ou seja, o técnico-administrativo ou professor que atuar no PRONATEC terá que fazê-lo em turno inverso às suas atividades no Instituto. Além disso, o número de horas dedicadas ao Programa PRONATEC corresponderá ao valor da sua bolsa. Um Coordenador Geral, por exemplo, que trabalhe 20 horas semanais, a R\$50 a hora, perceberá mensalmente uma bolsa de R\$4.000,00.

Essa distribuição de bolsas no campo educacional é algo que tem aumentado significativamente com as políticas utilizadas pelo governo federal. Mas o profissional que atua no PRONATEC vê a possibilidade de aumentar a sua renda, mesmo que isto não gere um vínculo empregatício, nem outras vantagens como direito a férias e décimo terceiro salário. Em compensação é um valor que vem livre de imposto de renda e acrescenta como experiência ao currículo.

Podem ser agentes para a implementação da Bolsa-Formação as seguintes instituições:

- Art. 8º I – a SETEC/MEC;
- II – o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- III – as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que firmarem Termo de Cooperação como parceiros ofertantes da Bolsa-Formação;
- IV – as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, cujos órgãos gestores firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes da Bolsa-Formação;
- V – as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem (SNA), cujos órgãos gestores nacionais firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes da Bolsa-Formação;

VI – as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, doravante denominadas instituições privadas, devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão, como ofertantes;

VII – as secretarias estaduais e distrital de educação, bem como Ministérios e outros órgãos da Administração Pública Federal que aderirem à Bolsa-Formação, na condição de demandantes (BRASIL, 2013).

É permitido a estes agentes gerenciarem recursos federais para a implementação do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria. Nota-se que as instituições privadas de ensino superior também podem se tornar agentes da implementação, bastando para isto firmar termo de adesão como ofertante.

Para os estudantes podem ser distribuídos dois tipos de bolsas: a Bolsa-Formação Estudante, para os cursos técnicos e a Bolsa-Formação Trabalhador, destinada a suprir a demanda para os cursos de formação inicial e continuada (FIC) (BRASIL, 2013).

O valor da hora-aluno no âmbito da Bolsa-Formação está fixado em R\$ 10,00, e fica a cargo da SETEC solicitar ao FNDE que este execute as transferências dos recursos, indicando os valores a serem transferidos e seus destinatários (BRASIL, 2013).

As unidades ofertantes deverão prestar contas do Programa conforme anexo IV da Resolução 61, de 11 de novembro de 2011 (FNDE, 2013). E, cada parceiro ofertante deverá registrar até o dia 30 de outubro de cada exercício no Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SiGPC). Também haverá fiscalização da aplicação dos recursos financeiros que será realizada pelo órgão de Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2013).

Segue abaixo a tabela 2 com a evolução de matrículas no país, incluindo a Bolsa-Formação:

Tabela 2 – Evolução das matrículas do PRONATEC no país desde a sua criação

Matrículas Pronatec					
Cursos Técnicos	2011	2012	2013	2014	Total
Bolsa-Formação	9.415 0	99.149 101.541	151.313 304.966	151.313 28.823	411.190 435.330
Brasil	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
Profissionalizado	82.823	79.770	70.355		232.948
E-TEC	74.000 75.364	150.000 134.341	200.000 137.012	250.000	674.000 346.717
Acordo Sistema S	56.416 85.357	76.119 102.807	110.545 132.289	161.389	404.469 320.453
Rede Federal de EPCT	72.000 117.621	79.560 119.274	90.360 121.958	101.160 7.788	343.080 366.641
Cursos FIC					
Bolsa-Formação	226.421 22.876	590.937 531.101	743.717 1.243.047	1.013.027 356.746	2.574.102 2.153.770
Acordo Sistema S	421.723 582.931	570.020 733.223	821.965 844.581	1.194.266	3.007.974 2.160.735
	966.972	1.802.057	2.854.208	393.357	6.016.594

Fonte: (SETEC/MEC, 2014)

O número de matrículas do PRONATEC/Brasil Sem Miséria vem crescendo significativamente no Brasil e está atendendo as expectativas do governo federal em oferecer cursos de qualificação profissional em larga escala. Ressalta-se o papel do Sistema S na tabela acima, onde há um destaque para o número de matrículas oferecidas nos cursos de formação inicial e continuada.

Os recursos financeiros que são destinados ao Sistema S, destinados à Bolsa-Formação, são de enorme expressão e chamam a atenção pelos valores. O montante abaixo se refere à execução da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec no exercício de 2013, onde um volume de recursos é gerido pelas unidades ofertantes de educação profissional da rede privada. Aqui nota-se que deve haver um controle bastante rigoroso pelos órgãos de controle para que as devidas prestações de contas estejam de acordo com a sua execução.

Segue abaixo a tabela 3, onde são transferidos recursos financeiros para o Sistema “S”.

Tabela 3 – Recursos Financeiros Transferidos pelo Governo Federal ao Sistema S em 2013

CNPJ	Instituição	Total Horas-Aluno	Total (R\$)
03.709.814/0001-98	SENAC	20.000.000	200.000.000,00
03.795.071/0001-16	SENAI	35.000.000	350.000.000,00
37.138.245/0001-90	SENAR	2.500.000	25.000.000,00
Total			575.000.000,00

Fonte: (BRASIL, 2013)

Em 2014 foi publicado no Diário Oficial da União o montante de recursos financeiros transferidos ao Sistema S e observa-se um aumento significativo, conforme demonstra a tabela 4:

Tabela 4 – Recursos Financeiros Transferidos pelo Governo Federal ao Sistema S em 2014

CNPJ	Instituição	Total (R\$)
03.709.814/0001-98	SENAC	305.214.560,00
03.795.071/0001-16	SENAI	567.506.100,00
37.138.245/0001-90	SENAR	10.873.410,00
73.471.963/0001-47	SENAI	16.362.390,00
Total		899.956.460,00

Fonte: (BRASIL, 2014)

Na tabela acima, o SENAI ficou com a maior fatia de recursos; isto se deve ao fato de ter havido uma maior oferta de cursos, gerando conseqüentemente uma maior contrapartida de recursos financeiros em relação aos seus pares.

A transferência de recursos financeiros é efetuada mediante a assinatura do termo de adesão ao Pronatec conforme anexo I, onde são dispensados convênios, ajustes, acordos, contratos ou instrumentos congêneres, mediante prestação de contas da aplicação dos recursos conforme anexo IV (FNDE, 2011).

Diante do exposto, é importante salientar que a participação do Sistema S e de outras iniciativas de direito privado, tais como as faculdades privadas, possuem uma participação relevante dentro do Programa Pronatec/Brasil Sem Miséria. A gama de cursos oferecidos e profissionais envolvidos na execução do mesmo corrobora com a teoria de que o governo federal se apoia em instituições de direito privado para o alcance das suas metas.

Embora se destaque o alto valor transferido para execução do Programa, os controles quanto à utilização dos mesmos são tênues e se baseiam no envio das listas dos alunos matriculados. Não há avaliação de resultados dos cursos oferecidos e também do impacto do Programa na vida dos ex-alunos.

5 PRONATEC/BRASIL SEM MISÉRIA EM PELOTAS

5.1 Desenho da Pesquisa

Para a discussão sobre o tema no polo epistemológico, seguindo a corrente crítico-dialético, realizou-se uma reflexão acerca das entrevistas realizadas e de um recorte materializado por meio da aplicação de questionários, com o objetivo de identificar se a implementação do Programa condiz com as diretrizes e objetivos previstos inicialmente. O presente estudo é de abordagem quali-quantitativa e foi realizado por meio de um estudo de caso exploratório, o que nos permite descrever e analisar como está a situação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria após sua adesão pela Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria de Justiça Social e Segurança.

Segundo Minayo (2010), as técnicas de pesquisa podem envolver a busca de dados em acervos já existentes, documentos, bancos de dados, revistas, jornais, coleções de artefatos, etc. Geralmente se requisita que sejam anexados ao projeto os roteiros de todos os instrumentos que serão utilizados e que poderão se dividir em três tipos de procedimento: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita.

Em relação a análise documental, Lima Filho (2003) destaca o seguinte:

A análise documental revela uma característica específica do processo de reforma como um tipo particular de política educativa: a de expressar-se por um marco legal, normativo e institucional que prescreve e conduz a transformações substanciais das instituições escolares, constituindo-se num elemento distintivo da reforma educativa em relação às outras inovações ou mudanças que ocorrem nas unidades ou redes de ensino. Também permite evidenciar que a definição e a implementação do marco legal estão sujeitas a influências externas e internas que medeiam o processo, determinando diferenças entre o que é concebido, legislado e efetivamente implementado. Ou seja, ainda que os instrumentos jurídicos e normativos, as diretrizes de política educacional e os agentes e recursos financeiros que articulam a implementação das medidas reformadoras tenham força impositiva, esse poder é muitas vezes contra-arrestado, ou outras vezes facilitado pelos movimentos de resistências ou de adesões negociadas ou incondicionais que têm lugar nas diversas instâncias sociais,

seja na esfera executiva, legislativa, na própria comunidade educacional ou pela ação das mais diversas entidades da sociedade civil. Esta dialética explica o fato de que uma mesma reforma seja materializada de modo distinto e específico em algumas instituições, evidenciando a ação concreta dos sujeitos e a correlação das forças sociais que atuam no contexto (LIMA FILHO, 2003, p. 74).

Os dados necessários para o alcance dos objetivos pretendidos foram de duas ordens – informações detalhadas sobre o processo de implementação do PRONATEC e o perfil do público alvo. Assim, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental, a entrevista e o questionário aos alunos pré-matriculados.

A pesquisa documental se constituiu na busca dos documentos oficiais publicados sobre os programas abordados em sites públicos específicos, de forma a obter uma visão ampliada que viabilizasse entender a complexidade do Programa. As entrevistas foram realizadas com a gestora atual do Programa, na Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas, e procurou, a partir da demanda pela SMJSS, identificar a situação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria no município, tendo em vista os inscritos pré-matriculados interessados nos cursos que chegavam até a Prefeitura.

O número de 110 (cento e dez) questionários aplicados foi escolhido a partir de uma estimativa de cálculo de amostra com os seguintes parâmetros: nível de confiança: 95%; poder: 80%; e prevalência de portadores de bolsa família de 50%. Este foi o desfecho quantitativo utilizado para o cálculo da amostra e isto será capaz de responder qual o percentual de candidatos que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal.

A escolha de 50% por conta do processo estatístico de cálculo amostral foi em função do tamanho da maior amostra. Assim, com este percentual de 50% estaria garantida a representatividade adequada, já que não há uma estimativa prévia que permita um cálculo mais aproximado, com margem de erro de 30%, para uma população de 2.765 pré-inscritos interessados nos cursos do PRONATEC/BSM, seria necessário entrevistar de forma aleatória 110 pessoas. Para a efetivação destes cálculos foi utilizado o programa Epi Info 7, e os demais desfechos,

qualitativos, necessitariam de menor amostra, portanto, o cálculo foi feito a partir da necessidade do desfecho quantitativo.

A pesquisa de campo foi realizada em setembro e outubro de 2013, sendo entrevistados: o gestor da SMJSS, o interlocutor do programa PRONATEC/BSM e aplicados cento e dez questionários aos interessados em realizar os cursos que chegaram até a SMJSS. Também foram analisados os documentos de adesão da Prefeitura ao PRONATEC/BSM, salientado a pouca documentação física existente referente ao PRONATEC.

A coleta de dados qualitativos, como indicado anteriormente, foi realizada na Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança, onde, por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade, com o intuito alcançar uma visão mais ampla daquilo que queria se investigar. Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao entrevistado e formula perguntas com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1995, p. 113). Com este método foi possível conversar com os entrevistados e perceber as suas percepções sobre as perguntas feitas, podendo-se verificar possíveis falhas na implantação do programa na Secretaria.

Já no método quantitativo, utilizou-se a aplicação de questionários para medir o percentual dos interessados pré-inscritos nos cursos do PRONATEC/BSM que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal e que pertençam ao Cadastro Único para Programas Sociais. Os questionários foram aplicados em um total de 110 (cento e dez), e este número foi escolhido a partir de uma estimativa de cálculo de amostra relatada anteriormente.

Os procedimentos de análise dizem respeito às formas de organização dos dados e os passos empreendidos para a produção de inferências explicativas ou de descrição. Esses procedimentos devem ser descritos minuciosamente, deixando transparente o processo de interpretação que será adotado pelo pesquisador. O ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. Isto também produz delimitação do processo de

trabalho científico no tempo, por meio de um cronograma. Desta forma, valorizamos cada parte e sua integração no todo. E pensamos sempre num produto que tem começo, meio e fim e ao mesmo tempo é provisório. Falamos de uma provisoriedade que é inerente aos processos sociais e que se refletem nas construções teóricas (MINAYO, 2010, p. 27).

A análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico. No caso da análise de documentos recorre-se geralmente à metodologia da análise do conteúdo:

Conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados linguísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a uma teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009, p.27).

A partir dos resultados obtidos com os instrumentos de coleta de dados, e para que eles tenham valor científico, é importante reunir certas condições, tais como: a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação, para que se possa dar a interpretação adequada nos dados da pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2011).

5.2 A SMJSS na construção da demanda para o PRONATEC/Brasil Sem Miséria

De acordo com a Prefeitura de Pelotas, a adesão ao PRONATEC/Brasil Sem Miséria ocorreu, neste município, no ano de 2010, e a Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança é a demandante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal. Em Pelotas atuam como ofertantes na rede federal o IFSul/Campus Pelotas e IFSUL/Campus CAVG; já no Sistema S, atuam no município, na condição de ofertantes, também o SENAI, SENAC E SEST/SENAT.

Conforme o MDS (2013), o PRONATEC/BSM pode ser resumido em nove etapas que englobam: 1. Habilitação das Prefeituras; 2. Negociação de cursos; 3. Mobilização dos beneficiários; 4. Pré-matrícula; 5. Matrícula; 6. Aula inaugural; 7.

Acompanhamento dos beneficiários; 8. Articulação com políticas públicas de trabalho e emprego; e 9. Atividade de formatura.

A adesão ao PRONATEC/BSM é o primeiro passo para o Município participar do programa. O cadastramento das famílias no CadÚnico é atribuição dos municípios. As Prefeituras têm papel central na gestão local do PRONATEC/BSM, negociando vagas e cursos, divulgando o programa, mobilizando o público, realizando a pré-matrícula dos interessados e acompanhando os beneficiários durante a realização dos cursos de qualificação profissional (MDS, 2013).

A adesão é feita exclusivamente por meio do preenchimento de formulário no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)¹³. A gestão do PRONATEC/BSM é feita através deste sistema. O interlocutor municipal titular será cadastrado no SISTEC como gestor responsável pelo órgão supervisor de demanda. A adesão da Prefeitura não garante automaticamente a oferta de turmas de qualificação profissional no município. Essa oferta dependerá de negociação direta entre a Prefeitura e as Unidades Ofertantes. O órgão municipal gestor do PRONATEC/BSM é que será responsável pela negociação de cursos e vagas junto às instituições ofertantes (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e pela estratégia de mobilização do beneficiário e articulação com os governos federal, estadual e demais órgãos da Prefeitura (MDS, 2013).

No município de Pelotas, é através da demanda na Secretaria Municipal de Justiça e Segurança que são feitas as inscrições dos pré-matriculados nos cursos do PRONATEC/BSM; eles são encaminhados às unidades ofertantes que os recebem e efetuam as suas matrículas. Essa mobilização do público alvo prioritário, no início da implantação do Programa praticamente não existia, ela foi surgindo e melhorando com o tempo. A partir daí houve uma maior procura pelos cursos.

Então, em relação à adesão da Prefeitura de Pelotas ao Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria, que foi efetuada em 2010, os principais problemas encontrados foram a falta de alunos em condições de cumprir as condicionalidades

¹³ SISTEC: É o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. É um sistema que disponibiliza, mensalmente, todas as informações relativas aos cursos técnicos de nível médio, respectivas escolas e alunos desse nível de ensino. Caso seja oferecidos cursos de formação inicial e continuada. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/destaques/44-destaque-topo/286-sistema-nacional-de-informaes-da-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 07 jan 14.

exigidas pelo Programa e também dificuldades em localizar o público alvo pertencente aos Programas de Transferência de Renda do Programa Federal.

Na etapa 2 deste processo ocorre a negociação das vagas e dos cursos. Para o programa de fato se efetivar é necessário que haja uma pactuação entre os municípios e as unidades ofertantes (MDS, 2013). De acordo com a SMJSS demandante do PRONATEC/Brasil Sem Miséria em Pelotas, o Sistema S conseguiu realizar um enorme número de cursos de Formação Inicial e Continuado, que nessa fase de negociação conseguiu oferecer uma gama relevante de cursos de qualificação profissional. A negociação dos cursos é oficializada através de reuniões junto com a delegada do trabalho do SINE, a fim de verificar quais cursos estão sendo mais procurados pelo público e qual a demanda do mercado de trabalho na região.

O pagamento aos ofertantes dos cursos negociados é de responsabilidade do MEC através do FNDE, que repassa os valores diretamente às instituições ofertantes, sem que haja a necessidade de contrapartida municipal ou da realização de convênios com a Prefeitura, que não poderá ser solicitada a custear quaisquer despesas relacionadas, por exemplo, à contratação, alimentação, ou até mesmo hospedagem de instrutores (MDS, 2013)¹⁴:

Estabelece que o pagamento dos valores será realizado em parcelas, pelo FNDE, a partir de solicitação da SETEC/MEC, diretamente às entidades mantenedoras das instituições privadas, mediante matrícula e registro mensal de frequência do beneficiário no SISTEC. E no artigo 74 estabelece que o Conselho Deliberativo do FNDE estabelecerá, por meio de resoluções, a normatização suplementar relativa à execução financeira da Bolsa-Formação, podendo fixar, mediante proposta da SETEC/MEC, os valores das bolsas, auxílios e mensalidades a serem repassados aos parceiros ofertantes para execução das ações, bem como aos profissionais envolvidos no PRONATEC que atuarem na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e à prestação de contas dos recursos transferidos diretamente às redes estaduais, Distrital e municipais de EPT e dos SNA (BRASIL, 2013).

A etapa 3 refere-se a mobilização dos beneficiários. Após a negociação dos cursos a Prefeitura dá início à mobilização dos beneficiários. É importante que o Centro Regional de Assistência Social da cidade esteja informado sobre a oferta do

¹⁴ Cartilha do PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

Disponível em: http://www.mds.gov.br/brasilsemiserial/arquivos/PRONATEC_BSM_nova_04.2013.pdf. Acesso em: 09 nov. 14.

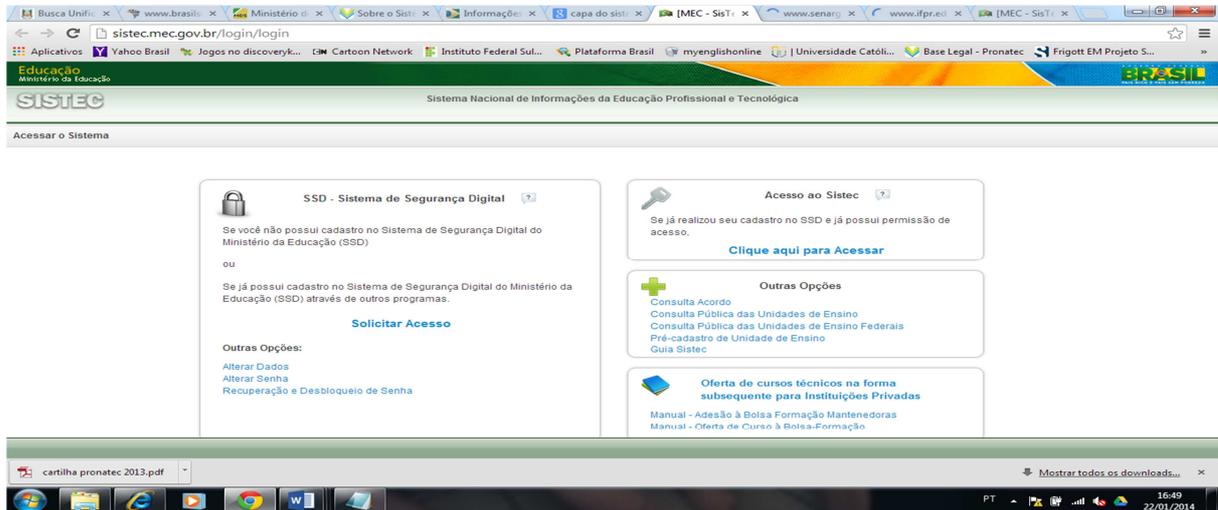
PRONATEC/BSM e preparado para prestar esclarecimentos aos interessados. É fundamental que as equipes tenham informações sobre quais as unidades de demanda da Prefeitura estão habilitadas a realizar a pré-matrícula para que se consiga encaminhar os interessados aos órgãos responsáveis por esse processo. A consulta ao CadÚnico é importante e necessária para identificação de potenciais beneficiários e definição da estratégia para alcançá-los. A fase de mobilização deve ser programada pelo gestor municipal do PRONATEC/BSM e deve esclarecer que a participação no curso não implica a perda do Programa Bolsa Família e nem do Benefício de Prestação Continuada; estas informações devem ser dadas aos beneficiários nos locais de pré-matrícula (MDS, 2013).

No caso da Prefeitura de Pelotas, segundo a gestora, com a SMJSS, essa mobilização foi melhorando aos poucos; no começo praticamente não havia mobilização do público beneficiário, mas com o passar do tempo a Secretaria passou a efetivar uma ação mais forte no sentido ir atrás do público prioritário incentivando-os a participarem e se inscreverem nos cursos do PRONATEC/Brasil Sem Miséria. Em relação à mobilização do público alvo para o preenchimento das vagas disponibilizadas, a gestora expôs o seguinte:

O que acontece é que a grande maioria das pessoas que faziam os cursos do PRONATEC não estavam ligados ao cadastro único, não tinham o cadastro único, nem sabiam o que era cadastro único, não eram beneficiários em nenhum dos quinze programas do governo federal. Então, como eu te falei, vinham porque queriam ter a qualificação então nós não tínhamos essa ideia aí de pessoal, o que a gente fez quando eu cheguei aqui, nós temos que cumprir com a condicionalidade do programa que é atingir os beneficiários do cadastro único ou dos beneficiários dos programas do governo federal e também as pessoas que estão inscritas no cadastro único e o que a gente começou a fazer reuniões para divulgar para lideranças comunitárias, sobre a existência do curso, a importância, para os próprios atores da rede da infância e da juventude, conselho tutelar, conselho de direito, também com as unidades básicas passar a situação e a existência do curso e da condicionalidade primária que era atingir as pessoas com bolsa família, e o cadastro único, as rádios também foram nossas grandes parceiras, quando eu cheguei aqui a gente fez um trabalho árduo, de ir nas rádios, falar, falar, sobre o programa e foi onde a gente começou a inverter porque aquela pessoa que está lá dentro da vila que precisa se qualificar e poder ter essa oportunidade ela não tinha acesso, porque ela não entra na internet, não tem acesso a essa questão digital, a tecnologia digital então o que ela faz, escuta mais o rádio então foi um mecanismo que a gente achou, o diário popular nos chamou para fazer entrevista e tudo mais.

Percebe-se na fala da gestora que há uma preocupação essencial em melhorar os mecanismos para atrair o público-alvo.

A etapa 4 é a fase da pré-matrícula, onde os gestores municipais registram no SISTEC dados das pessoas interessadas em realizar os cursos de qualificação do PRONATEC/BSM; com isto o gestor municipal preenche as vagas dos cursos negociados (MDS, 2013). Segue abaixo a capa do SISTEC para conhecimento:



Fonte: MEC (2013)

O registro das pré-matrículas é executado no SISTEC pela Interlocutora do PRONATEC na SMJSS em Pelotas. Esta demonstrou bastante segurança na operacionalização do sistema, registrando as inscrições sem maiores dificuldades aos interessados nos cursos.

Na etapa 5, ocorre o momento da matrícula. Neste, o beneficiário se dirige à Unidade Ofertante para que confirme a sua inscrição no curso desejado. O candidato deve ir imediatamente efetuar a sua matrícula perante a Unidade Ofertante para que não perca a sua vaga na turma, pois a matrícula é realizada por ordem de chegada (MDS, 2013). Neste momento, o aluno deve assinar o termo de compromisso e comprovante de matrícula conforme anexo III da Resolução 61, de 11 de novembro de 2011 (FNDE, 2013).

É importante que a Prefeitura de Pelotas e as Unidades Ofertantes do município tenham um bom diálogo. E isto, por meio das entrevistas, percebe-se que a relação é boa, pois são realizadas reuniões entre as entidades para a definição da carência de cursos na região, e quais seriam melhor aproveitados considerando a necessidade da mão-de-obra em determinada área.

Em relação ao encaminhamento para as unidades ofertantes a interlocutora do PRONATEC junto a SMJSS destacou o seguinte:

As pessoas se dirigem até a nossa secretaria sempre à procura de um determinado curso, depois dessa procura a gente realiza todo o cadastro, procura no sistema do cadastro único pra ver se ela tá inserida, a partir daí se ela cumpre com todas as exigências, a partir de 16 anos de idade, o requisito da escolaridade, se está tudo compatível com o curso, ela vai executar este curso na instituição partindo daí ela vai sair daqui com o encaminhamento pra matrícula, vai até a instituição do curso que ela quis e faz a sua matrícula lá.

Já na etapa 6 é realizada uma aula inaugural para que os alunos tenham um primeiro contato com o curso e que possam sensibilizar-se sobre a oportunidade que o PRONATEC pode representar para os beneficiários ali presentes. É o momento em que o público-alvo, que nunca teve acesso ou que obteve baixa frequência em instituições de educação profissional e de ensino técnico, poderá se sentir bem-vindo e motivado a obter êxito na aprendizagem e na inserção no mercado de trabalho (MDS, 2013).

Este papel de oferecer a aula inaugural compete às unidades ofertantes, que em um primeiro contato com o estudante explicam do que se trata o curso e quais objetivos da qualificação.

Na etapa 7, é realizado o acompanhamento dos beneficiários durante a realização das aulas e cabe à unidade ofertante a inserção dos dados sobre o desempenho e a frequência dos beneficiários que demandem apoio socioassistencial para permanência nos cursos (MDS, 2013).

Algumas dificuldades que podem surgir e influenciar a permanência nos cursos são as seguintes:

1. Dificuldade em conciliar os cursos com questões familiares (como situações de violência doméstica, intercorrências de saúde, sobreposição da frequência escolar com o cuidado dos filhos mais novos) e atividades laborais (“bicos”, procura de emprego);
2. Dificuldade de se inserir na cultura institucional das Instituições Ofertantes: pouco habituado a frequentar os espaços das instituições ofertantes, o público do PRONATEC/BSM poderá vivenciar algum tipo de constrangimento social por ali estar. Nesse ponto, é fundamental que a Prefeitura provoque e apoie a Unidade Ofertante na construção de um ambiente mais acolhedor e amigável, para que as diferenças socioeconômicas desse público não sejam percebidas por eles como um impeditivo social para permanência no curso;

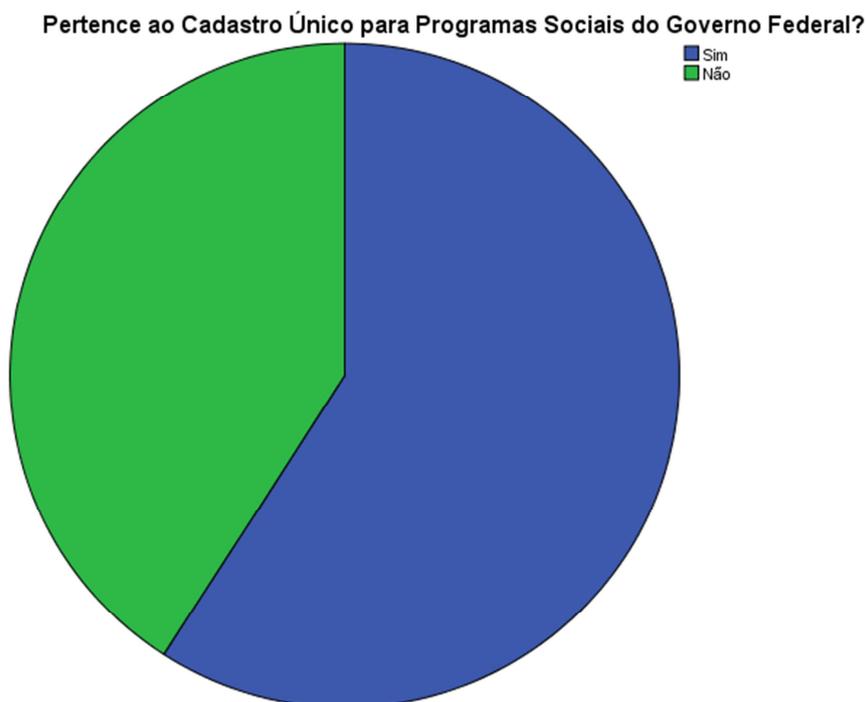
3. Dificuldade de acompanhar os conteúdos ministrados nos cursos: parte do público do PRONATEC/BSM está afastada de ambientes escolares, embora dominem saberes práticos relevantes para a atividade laboral. Identificado esse tipo de dificuldade, é importante que a Prefeitura e a unidade ofertante busquem estratégias didático-pedagógicas e de reforço escolar que reduzam essa dificuldade inicial. Percebidas essas situações, é atribuição da rede municipal de Assistência Social providenciar iniciativas para solucionar o problema, reforçando a importância dos cursos para a trajetória profissional do beneficiário. Essas não são as únicas situações que podem surgir durante o curso e que demandam acompanhamento contínuo. Por isso, reforçamos a importância de que o acompanhamento dos beneficiários ocorra para além de aspectos de desempenho e frequência (MDS, 2013, p. 24, 25).

A Prefeitura de Pelotas não faz este acompanhamento dos alunos, a SMJSS não sabe ao certo quantos se formaram, quantos evadiram, alegando falta de recursos materiais e humanos. Quem faz o acompanhamento dos alunos, ainda de uma forma inicial, são unidades ofertantes no município, que através de planilhas efetuam um levantamento de quantos alunos se formaram, quantos evadiram e quantos estão inaptos nos cursos. Mas ainda não há uma avaliação efetiva sobre a inserção no mercado de trabalho relacionada à realização dos cursos de qualificação.

Na etapa 9 e última fase deste processo do PRONATEC/Brasil Sem Miséria deve ser realizada uma formatura para os alunos concluintes podendo ser realizada em nível municipal ou intermunicipal (MDS, 2013).

Abaixo, os gráficos resultantes dos questionários aplicados na SMJSS. Onde se identifica o perfil do público alvo prioritário pertencente aos Programas de Transferência de Renda, além de identificar as estratégias de implementação da Secretaria para o PRONATEC/Brasil Sem Miséria:

Gráfico 1 – Pertencentes ao CadÚnico para os Programas Sociais do Governo

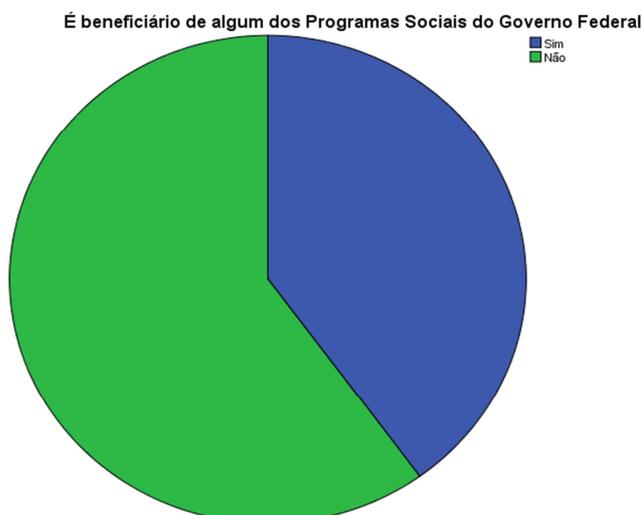


Federal.

Fonte: Pesquisador.

Do total de 110 (cento e dez) pesquisados, 59,1% respondeu que pertence ao CadÚnico, e, portanto, os outros 40,9% não estão na linha de pobreza. Isto significa que dizer que o público que respondeu sim faz parte das famílias de baixa renda, entendidas como as que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Gráfico 2 - Beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal.



Fonte: Pesquisador.

Do total de questionários aplicados, 40% respondeu que *sim*, que pertence a algum Programa Social do Governo Federal. Ou seja, o público alvo prioritário é beneficiado em partes. A Prefeitura de Pelotas, a partir da SMJSS ainda não consegue implementar as suas estratégias de mobilização de forma que sejam preenchidas na totalidade as vagas pelo público alvo do PRONATEC/Brasil Sem Miséria pertencente ao Programas de Transferência de Renda em situação de vulnerabilidade.

Segundo o Portal do MDS (2013), o público prioritário do BSM são os milhões de brasileiros que continuam em situação de extrema pobreza, com renda mensal inferior a R\$70,00 é composto por todas as pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico, com idade a partir de 16 anos. Há prioridade para os cadastrados em situação de pobreza e os beneficiários dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Gráfico 3 – Condição dos pesquisados no momento da pré-matrícula

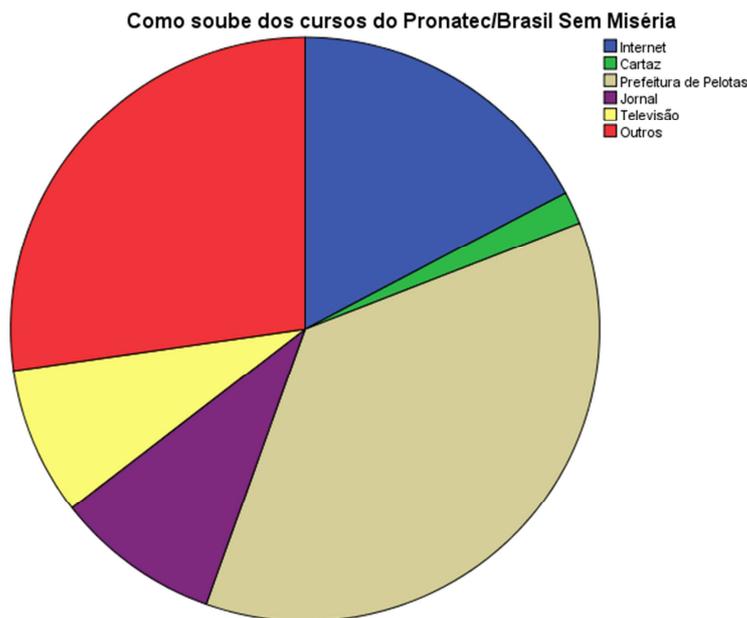


Fonte: Pesquisador.

A grande maioria do público pesquisado, 60,9% respondeu que estava desempregado. Conforme o Decreto 7.721/2012, aquele cidadão que estiver desempregado e estiver percebendo seguro-desemprego pela terceira vez, terá necessariamente que se qualificar através dos cursos oferecidos pelo PRONATEC, tendo em vista a possibilidade de cancelamento do benefício.

Dessa forma os números acima podem estar refletindo esta condicionalidade, ou seja, estar matriculando-se em algum curso de qualificação rápida para não correr o risco de perder o benefício do seguro-desemprego, ou simplesmente pelo fato de estar buscando a inserção no mercado de trabalho.

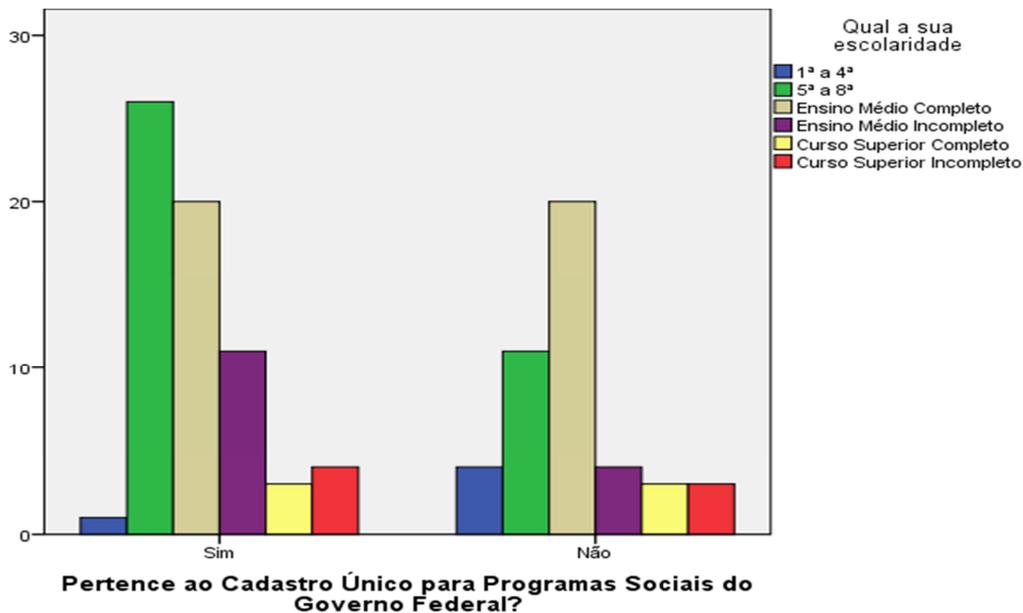
Gráfico 4 – Mobilização do Público Alvo através da divulgação dos cursos



Fonte: Pesquisador.

Segundo o gráfico acima, a Prefeitura de Pelotas consegue mobilizar o público alvo prioritário em partes, pois 36,4 % dos pré-matriculados respondeu ter obtido as informações a respeito dos cursos através da SMJSS. No restante, 17,3% dos pesquisados souberam dos cursos pela internet, 1,8% por meio de cartazes, 9,1% através de jornais, 8,2% ficaram sabendo dos cursos pela televisão e 27,3% ficaram classificados em outros.

Gráfico 5 – Relação entre a escolaridade e os inscritos pertencentes ao CadÚnico



Fonte: Pesquisador

A maioria do público que pertence ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal possui uma escolaridade entre a 5ª e a 8ª série, o que permite, de certa forma, inferir que a população mais carente interessada nos cursos possui uma escolaridade mais baixa.

5.3 Participação dos protagonistas IFSul e Sistema S na execução do programa

O Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, cuja Reitoria está localizada em Pelotas no Rio Grande do Sul, é formado por doze campi: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga (em implantação), Lajeado (em implantação) e Gravataí (em implantação), aderiu ao PRONATEC em 2012, onde os seus primeiros dois cursos oferecidos foram:

Tabela 5 – Primeiros cursos oferecidos pelo IFSul/Campus Pelotas

Curso	Ingressantes	Não Aptos	Evadidos	Formados
Mestre de Obras	20	05	-----	15
Armador de Ferragens	20	04	06	10

Fonte: IFSul/Campus Pelotas

Os cursos inicialmente ofertados pelo IFSul/Campus Pelotas foram de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária entre 160 e 300h. No caso do curso de Mestre de Obras não houve evasão, apenas alunos não aptos. Já no curso de Armador de Ferragens apenas 50% conseguiu se formar no curso.

Logo após, em 2013, na 1ª etapa, já foram oferecidos mais cursos do PRONATEC/Brasil Sem Miséria, conforme a seguir:

Ano: 2013

Tabela 6 – Cursos oferecidos IFSul/Campus Pelotas - 1ª Etapa em 2013

Curso	Ingressantes	Não Aptos	Evadidos	Formados
Desenhista Mecânico	20	05	06	09
Caldeireiro	18	-----	05	13
Armador de Ferragens	15	02	08	05
Ajustador Mecânico	15	-----	08	07
Ajudante de Obras	20	05	03	12
Carpinteiro de Obras	20	07	01	12

Fontes: SMJSS e IFSul/Campus Pelotas

Foram ao todo seis cursos oferecidos totalizando 108 ingressantes, 32 evadidos e 58 formados, sendo que nos cursos de armador de ferragens e ajustador mecânico as evasões foram superiores a 50%.

Na segunda etapa, foram oferecidos mais cursos de qualificação pelo PRONATEC/Brasil Sem Miséria no IFSul/Campus Pelotas conforme abaixo:

Tabela 7 – Cursos oferecidos IFSul/Campus Pelotas - 2ª Etapa em 2013

Curso	Ingressantes	Não Aptos	Evadidos	Formados
Caldeireiro	15	03	05	07
Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga	15	-----	01	14
Ajustador Mecânico	12	03	01	08
Operador de Computador	20	03	---	17
Auxiliar Administrativo	20	02	03	15
Encadernador Gráfico	20	04	---	16
Operador Usina de Compostagem	15	07	03	05
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	19	----	----	19
Mestre de Obras	19	05	01	13

Fontes: SMJSS e IFSul/Campus Pelotas

Pode-se notar que o número de cursos oferecidos já foi bem maior que o da primeira etapa no ano de 2013. Houve 140 inscritos, 14 evadidos e 114 formados, onde as evasões diminuíram consideravelmente em relação ao número total de inscritos nos cursos.

Outro Campus do IFSul que desenvolve as suas atividades na cidade de Pelotas é o Campus Pelotas – Visconde da Graça que iniciou as atividades do PRONATEC com dois (2) cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, conforme tabela abaixo:

Tabela 8 – Primeiros cursos oferecidos pelo IFSul/Campus CAVG

Curso	Carga Horária	Vagas	Início	Término	Matriculados
Açougueiro	160	20	06/11/2012	02/04/2013	20
Horticultor de legumes orgânicos	192	20	12/11/2012	03/04/2013	20

Fonte: SMJSS

Além destes cursos, inicialmente ofertados pelo IFSul/Campus CAVG, também foram oferecidos os cursos de formação inicial e continuada em auxiliar de lavanderia, padeiro e auxiliar de padaria e confeitaria.

A participação do Sistema “S” ocupa um papel de relevância dentro do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria, e em Pelotas não é diferente. Em relação aos Institutos Federais, as instituições privadas de formação profissional oferecem uma gama maior de cursos rápidos de formação inicial e continuados, e diante disto, obtém recursos financeiros em grandes quantias para o oferecimento de bolsa-formação. De acordo com Lima Filho (2003), é no âmbito da aplicação dessa política pública financiada com recursos públicos, que a União e os Estados empreendem transformações muito significativas no ensino médio e técnico e que se incrementa a participação da iniciativa privada, seja pela transferência da gestão das instituições públicas, seja pelo financiamento das instituições.

No quadro abaixo não foram obtidos dados individualizados por curso. Segundo informações obtidas com o SENAC em Pelotas, o PRONATEC iniciou na escola no primeiro semestre de 2011, e houve 4617 pessoas matriculadas em Turmas de Bolsa Formação-Trabalhador que foram ofertadas pelo Senac, tendo como demandante o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Os cursos oferecidos foram:

Quadro 2 – Primeiros cursos oferecidos pelo SENAC em Pelotas

Cursos SENAC
Auxiliar Administrativo
Auxiliar de Cozinha
Balconista de farmácia
Churrasqueiro
Cuidador Infantil
Cuidador de Idosos
Garçom
Manicure e Pedicure

Operador de Computador
Operador de Supermercado
Operador de Caixa
Padeiro e Confeiteiro
Promotor de Vendas
Somelier

Fonte: Senac/Pelotas

O SENAI/Pelotas foi a Instituição que mais ofereceu cursos FIC no município. Foram 26 cursos oferecidos, onde se constata a participação relevante dentro do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria em Pelotas.

Quadro 3 – Primeiros cursos oferecidos pelo SENAI em Pelotas

Primeiros Cursos – SENAI/Pelotas	
Aplicador de revestimento cerâmico	Padeiro Confeiteiro
Mecânico de máquinas industriais	Aux. Administrativo
Ajustador mecânico	Torneiro mecânico
Pedreiro de Alvenaria	Armador de ferragem
Pedreiro de Alvenaria Estrutural	Refrigeração e climatização
Encanador	Carpinteiro
Soldador Mig, mag	Eletricista Industrial
Soldador Tig/aço	Eletricista Predial
Soldador no Processo Eletrodo	Gesseiro
Logística	Caldereiro
Logística Portuária	Fresador
Almoxarife	Serralheiro de Alumínio
Almoxarife de obras	Traçador de Calderaria

Fontes: SMJSS e SENAI/Pelotas

Em relação ao SEST/SENAT, os dados globais obtidos com a SMJSS e a unidade ofertante revelam que os cursos ofertados em 2013 ofereceram 550 vagas. Em 2013, 519 alunos concluíram o curso. Em 2014, até o presente, já foram realizados ou estão com turmas em andamento 275 alunos. Abaixo, um quadro dos primeiros cursos oferecidos pelo SEST/SENAT:

Quadro 4 – Primeiros cursos oferecidos pelo SEST/SENAT em Pelotas

Primeiros Cursos SEST/SENAT/Pelotas
Cobrador de Ônibus coletivo
Frentista
Retroescavadeira
Arrumador e conferente de Cargas
Aux. Bucal
Porteiro/Vigia
Operador de Empilhadeira

Fonte: SMJSS

Pelos quadros e tabelas demonstrados acima, se verifica que há uma participação relevante do Sistema S dentro do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria. Esta análise em nível local vem a corroborar o panorama em nível nacional. E mais, vem ratificar aquilo que já pregava o Banco Mundial em relação à participação da iniciativa de direito privado na educação com vistas a produtividade e empregabilidade.

Segundo Oliveira (2003), apesar de ter recebido destaque na agenda do Banco Mundial até os anos 90, a educação profissional, na atualidade é concebida por esta agência como alvo das ações da iniciativa privada. As nações pobres para o Banco Mundial, necessitam implementar políticas de qualificação profissional de forma a aumentar o número de trabalhadores que sejam capazes de se adequar às novas necessidades que o mercado impõe. Ainda, para o Banco Mundial, a presença da iniciativa privada ofertando educação profissional assenta-se em dois pressupostos. O primeiro fica por conta que devido a burocracia do poder público, há uma incapacidade em acompanhar as mudanças e as necessidades do setor

produtivo. O segundo refere-se ao fato de que a qualificação profissional repercute diretamente no aumento da produtividade das empresas e na renda dos trabalhadores. O governo brasileiro aceitou estas sugestões do Banco Mundial, a nova política educacional tem como uma das características, o afastamento da oferta de educação profissional do poder público. A iniciativa privada está com a grande maioria da oferta de educação profissional no Brasil.

De acordo com o texto citado acima, fica evidente que o Programa PRONATEC também atende aos anseios do Banco Mundial, a lógica de mercado ditada pelo organismo está em consonância com o que está sendo implementado. As instituições de direito privado estão com a maioria dos cursos oferecidos, e com isso, vêm ocupando papel de destaque dentro do PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado intitulada “PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas”, constituiu-se em uma forma de discutir os rumos tomados pelas políticas utilizadas pelo governo federal em relação à educação profissional no nosso país, às questões relacionadas a inclusão produtiva, inserção no mercado de trabalho e limites entre público e privado em educação, além de temas que de uma forma ou de outra, norteiam o Programa estudado.

Através do estudo de caso, foram obtidos alguns dados relativos a implementação do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria e ficou observado que:

- O Sistema S tem uma participação maior no tocante ao oferecimento de cursos rápidos em relação ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, refletindo um panorama nacional;

- As políticas e estratégias utilizadas pela SMJSS estão parcialmente atendendo aquilo que prevê o programa: que vem negociando com as unidades ofertantes e efetuando as pré-matrículas dos interessados nos cursos para aumentar a demanda;

- O Sistema S em Pelotas possui um papel de destaque, dada a quantidade elevada de cursos oferecidos aos interessados, em especial, o SENAI;

- A escolaridade de quem procura os cursos de qualificação não é tão baixa quanto se imaginava, muitos já possuíam o ensino médio completo, mas ainda assim, prevaleceu a menor escolaridade para quem estava cadastrado no CadÚnico.

- Dos pré-matriculados no PRONATEC/Brasil Sem Miséria, 60,9% estava desempregado. Este público buscava se qualificar através dos cursos para uma possível inserção no mercado de trabalho, e também pelo fato dos cursos serem gratuitos e ainda possuírem o auxílio financeiro da Bolsa-Formação;

- O público-alvo prioritário ainda não é beneficiado na sua totalidade com as vagas nos cursos, mas já atinge boa parte delas com as estratégias implementadas

pela SMJSS. Do total dos pesquisados, 40% pertencem a algum Programa de Transferência de Renda do Governo Federal;

- A implementação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria ainda não garante em sua totalidade o preenchimento das vagas nos cursos de qualificação pelo público-alvo, referente aos Programas Sociais do Governo Federal.

É importante salientar que em relação à pesquisa documental na SMJSS em Pelotas, havia pouco material relativo ao PRONATEC. A adesão ao Programa foi feita via formulário eletrônico no SISTEC, e mediante assinatura de compromisso conforme anexo II da Resolução 61, de 11 de novembro de 2011.

O PRONATEC/Brasil Sem Miséria foi constituído visando o mercado e seus cursos de formação inicial e continuado (FIC) são cursos rápidos instrumentais elaborados como uma alternativa para atender as questões de desemprego e de redução da extrema pobreza, além de outros aspectos citados ao longo do trabalho. No entanto, ainda não possui um programa avaliativo que possa indicar se há uma relação direta da qualificação profissional com a inserção no mercado de trabalho. Se enfatiza, como uma das sugestões, a importância de efetuar uma avaliação do Programa PRONATEC/Brasil Sem Miséria e comprovar efetivamente quais os resultados destas políticas implementadas, com vistas a identificar qual o caminho correto para a educação, onde se possa discutir a sua qualidade e não somente os números.

Articulando os resultados dos dados empíricos com os objetivos previstos para o estudo pode-se afirmar que o Pronatec/Brasil Sem Miséria situa-se como um exemplo das reformas educacionais monitoradas pelas agências multilaterais, notadamente o Banco Mundial, e revela a forma como a educação vem sendo tratada no nosso país. Ou seja, como um produto mercadológico, um instrumento de troca para negociar com a iniciativa privada e de certa forma, privatizar a educação. Não há preocupação com uma base educacional sólida, conforme se evidencia nos cursos rápidos de 160 horas que favorecem uma qualificação laboral, visando a inserção imediata no mercado. A qualificação técnica específica vem sendo substituída por qualificações restritas a fim de qualificar para o trabalho produtivo material imediato, ficando evidente a desqualificação progressiva decorrente dos métodos de simplificação do ensino. Mesmo considerando que a formação para o

mercado é uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida, o alto nível de desistência e aprovação ao final do curso comprovam as fragilidades do Programa.

Entende-se que cabe ao Estado gerir democraticamente os recursos investidos nas políticas públicas, o que não vem ocorrendo na execução do PRONATEC.

Não há indicação de qualquer debate sobre o currículo, projeto pedagógico, educação integral e qualidade da educação em um sentido mais amplo. Unicamente transparece a preocupação essencial com o mercado, onde a formação profissional deve satisfazer a lógica da empregabilidade.

Parece haver pressa de formar cidadãos que alcancem, teoricamente, e por meio dos cursos de qualificação profissional, certa garantia de estar inserido no mercado de trabalho.

Percebe-se que o PRONATEC afina-se com uma visão instrumental da educação profissional, a qual coincide com a do Banco Mundial, pois há uma preocupação com a inserção no mercado de trabalho e uma formação rápida que possa satisfazer uma lógica de mercado. E, é exatamente o que ocorre no caso do Programa Pronatec/Brasil Sem Miséria, agravado pelo fato do governo se utilizar do Sistema S, transferindo recursos financeiros públicos a estas entidades de direito privado para o pagamento da Bolsa-Formação sem uma avaliação de processo e resultados.

Por último, é importante ressaltar que esta pesquisa não tem a intenção de encerrar aqui a discussão sobre o tema quanto às políticas envolvidas na elaboração do PRONATEC/Brasil Sem Miséria. O que se quer, na verdade, é abrir caminhos para uma discussão mais ampla sobre a educação profissional, sobre o que se entende por uma qualificação sólida e integral, sobre um projeto pedagógico bem fundamentado, sobre os rumos tomados pela educação no nosso país.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais**: Transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas–SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL, Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011 - **PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 mar. 2013.

_____. Portaria nº 28, de 8 de outubro de 2013. **Transfere recursos financeiros a título de bolsa-formação ao Sistema “S”**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 196, p. 14, 9 out. 2013. Seção I.

_____. Portaria nº 2, de 29 de janeiro de 2014. **Transfere recursos financeiros a título de bolsa-formação ao Sistema “S”**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 14, 30 jan. 2014. Seção I.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1998.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Lei n.º 12.816, de 5 de junho de 2013. **Altera as Leis n.ºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante e outras**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm. Acesso em: 09 dez. 2013.

_____. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 08 out. 2013

_____. Decreto n.º 6.302, de 12 dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em: 12 out. 2013

_____. Decreto n.º 7.589, de 26 de outubro de 2011. **Institui a Rede e-Tec Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm. Acesso em: 13 out. 2013

BRINHOSA, Mário César. A Função Social e Pública da Educação na Sociedade Contemporânea. In. LOMBARDI, José Claudinei (Org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp. 2007.

CRUZ, Roberto M. **Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade**. Educação para o (Des)Emprego. (Org.). Aued, B. W. Petrópolis: RJ, 1999.

CURY, Carlos R. J. Um Novo Movimento da Educação Privada. In. ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e Privado na Educação: Novos Elementos para o Debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

DALAROSA, Adair A. Globalização, Neoliberalismo e a Questão da Transversalidade. In. LOMBARDI, José C. **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

FNDE. **Resolução nº 62, de 11 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4031-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-62,-de-11-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. **Resolução nº 61, de 11 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3489-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-61,-de-11-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 10 out. 2013

_____. **Resolução nº 66, de 25 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/60-2012?download=7846:resolucao-cd-fnde-n-66-de-25-de-novembro-de-2011-anexos>. Acesso em: 12 out. 2013

_____. **Resolução nº 50, de 11 de dezembro de 2013**. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/res_50_111213.pdf. Acesso em: 03 fev. 14.

_____. **Resolução nº 8, de 20 de março de 2013.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4296-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-8,-de-20-de-mar%C3%A7o-de-2013>. Acesso em: 12 fev. 14.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira. In. DALILA, A. O. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica - social capitalista.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação para o (Des)Emprego.** (Org.). Aued, B. W. Petrópolis: RJ, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação, trabalho e lutas sociais. In. GENTILI, Pablo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na educação e no trabalho.** (Org.). 3ª ed. – São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: Clacso, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 113.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. p. In. CHRISTIANE, K. G., MELLO, R. B., SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

KUENZER, A. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA FILHO, D. L. **A Desescolarização da escola: impactos da reforma da educação profissional (período 1995 a 2002).** Curitiba: Torre de Papel, 2003.

LIMA, M. R. de. **PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: Uma crítica na perspectiva Marxista.** 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>> Acesso em: 12 Mar. 2013.

MEC. **Brasil Profissionalizado – Apresentação.** Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. Portaria nº 168, de 7 de março de 2013. **Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.** Disponível em:
http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. **Governo e Sistema S fecham acordo.** Disponível em
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10909. Acesso em: 02 nov 13.

MDS. **Cartilha PRONATEC Brasil Sem Miséria 2013.** Disponível em:
http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/arquivos/PRONATEC_BSM_nova_04.2013.pdf>. Acesso em: 05 mar 2013.

_____. **Cartilha PRONATEC Brasil Sem Miséria 2012.** Disponível em:
www.brasilsemisericia.gov.br/.../cartilha-PRONATEC-bsm-v.2012.pdf>. Acesso em: 08 mar 2013.

_____. **PRONATEC Brasil Sem Miséria 2013.** Disponível em:
http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/arquivos/02%20Publico_e_documentos_SETEC2.pdf>. Acesso em: 07 mar 2013.

_____. **Matrículas do Pronatec/Brasil Sem Miséria por Estado.** Disponível em
<http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 14.

_____. **CADÚNICO.** Disponível em:<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas/perfil-das-familias-do-cadastro-unico/LIVRO_PERFIL_FAMILIAS_BOLSA_com_capa.pdf.pagespeed.ce.0BUD4MR6GW.pdf>. Acesso em 11 mar. 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade.** 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Novas Configurações do Público e do Privado no Contexto Capitalista Atual: O papel Político-Ideológico do “Terceiro Setor”.** In. ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e Privado na Educação: Novos Elementos para o Debate.** São Paulo: Xamã, 2008.

OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Goiás: Editora PUC, 2010.

OLIVEIRA. R. de. **A (Des) Qualificação da Educação Profissional Brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. IN: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **A Cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3 ed. SP: Cortez, 2002.

PEREIRA, W. L. Políticas Públicas e Educacionais no Contexto Histórico Brasileiro. In: **IV Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**, 2008, Uberlândia. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC15.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2013.

PERONI, Vera. A Relação Público/Privado e a Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado. In. ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e Privado na Educação: Novos Elementos para o Debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PINO, Mauro del P. Política educacional, emprego e exclusão social. In. GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **A Cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. SP: Cortez, 2002.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. Desemprego no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2009.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REDE FEDERAL. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 05 mar 14.

RODRIGUEZ, M. V. Globalização das políticas públicas: Impacto Social das Reformas Educacionais nos anos de 1990. In: **Globalização, pós-modernidade e educação**. (Org.). 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

ROSAR, Maria de F. F. Articulações entre a Globalização e a Descentralização: Impactos na Educação Brasileira. In: **Globalização, pós-modernidade e educação**. (Org.). 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SALGADO, M. U. C. S. **Formação Integral: Preparar para um emprego ou preparar para o trabalho?** Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B282C0D99-705B-47EC-A4ED-F71F4DEC0700%7D_em-aberto-01.pdf> Acesso em: 20 mar 2013.

SANFELICE, J. L. **Pós-Modernidade, Globalização e Educação**. In. LOMBARDI, J. C. Globalização, Pós-Modernidade e Educação. (Org). 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SETEC/MEC. **Apresentação CONPEP**. Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 04 de abril de 2014.

SISTEC. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/destaques/44-destaque-topo/286-sistema-nacional-de-informaes-da-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 07 jan 14.

_____. **Consulta Pública ao Acordo do Sistema S**. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/consulta-publica-ao-acordo-do-sistema-s>. Acesso em 14 nov 13.

SOUZA, J. S. Os Descaminhos das Políticas de Formação/Qualificação Profissional: A Ação dos Sindicatos no Brasil recente, p.478. In. ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SOUZA, P. N. P; SILVA, E. B. **Como entender e aplicar a nova LDB (Lei Nº 9.394/96)**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TCU. **O TCU e as Entidades do Sistema S**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/apresentacao/2013/RA_P_SistemaS_25-06-2013.pdf. Acesso em 03 fev. 14.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE ADESÃO DO OFERTANTE AO PRONATEC

ANEXO I - TERMO DE ADESÃO DE PARCEIRO OFERTANTE AO PRONATEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O Departamento Nacional do _____, representado por seu (sua) dirigente máximo(a), _____, CPF nº _____, RG nº _____, expedido por _____, devidamente estabelecido à _____, resolve firmar o presente Termo de Adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec na condição de ofertante de vagas em cursos de educação técnica e profissional, consideradas as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA – Do objeto

O presente termo tem por objeto a adesão do Serviço Nacional de Aprendizagem _____, por intermédio de seu Departamento Nacional, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, visando a oferta de vagas em cursos de educação técnica e profissional no âmbito das bolsas-formação do Programa, nos termos da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

SEGUNDA – O Serviço Nacional de Aprendizagem _____ compromete-se a:

1. Oferecer nas unidades de sua rede de instituições, no período de 2011/2012, o seguinte número de vagas para bolsa-formação do Pronatec:

	Ano			
	2011		2012	
	Vagas	Horas	Vagas	Horas
Quantidade total de vagas e horas-aluno em cursos técnicos				
Quantidade total de vagas e horas-aluno em cursos de formação inicial e continuada e qualificação profissional				

2. Cumprir as seguintes diretrizes abaixo:

- I. Na qualidade de parceiro ofertante, encaminhar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC este Termo de Adesão devidamente preenchido e assinado, de acordo com o prazo determinado na Resolução CD/FNDE no 61/2011;
- II. Receber e aplicar os recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC exclusivamente na oferta da bolsa-formação, de acordo com as determinações da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de

- 2011, e do Manual de gestão da bolsaformação, elaborado pela SETEC/MEC, gerindo tais recursos públicos segundo critérios de moralidade, eficiência, eficácia e transparência, visando a efetividade das ações;
- III. Indicar gestor local para coordenar todas as ações vinculadas à oferta vagas para a bolsaformação do Pronatec nas diferentes instituições ou unidades de ensino vinculados à rede de educação profissional e tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem aqui representado, garantindo que tal indicação recairá em funcionário com vínculo empregatício com a entidade;
 - IV. Instruir todas as unidades vinculadas ou subordinadas da rede quanto às normas e procedimentos relativos à oferta de vagas para a bolsa-formação;
 - V. Pactuar, nos prazos estabelecidos pela SETEC/MEC, a quantidade de vagas presenciais que serão ofertadas em cada instituição ou unidade da rede, no período citado na Cláusula dois, nos diferentes cursos de educação profissional e tecnológica ministrados por este serviço nacional de aprendizagem, procurando atender as necessidades dos parceiros demandantes da bolsa-formação nas diferentes localidades em que a rede tem unidades instaladas;
 - VI. Divulgar amplamente o programa nas diferentes localidades e em conjunto com os parceiros demandantes, para informar os potenciais beneficiários das bolsas-formação sobre os objetivos e as características dos cursos oferecidos;
 - VII. Registrar, no sistema de gestão do Pronatec mantido pela SETEC/MEC, todas as vagas presenciais da bolsa-formação ofertadas nos todos os cursos ministrados em cada instituição ou unidade de ensino da rede, com pelo menos quarenta e cinco dias de antecedência em relação à data prevista para o início das aulas;
 - VIII. Confirmar as matrículas de candidatos pré-matriculados pelos parceiros demandantes nas vagas e cursos previamente registrados no sistema de gestão do Pronatec;
 - IX. Registrar as matrículas dos beneficiados pelas bolsas-formação, nos diferentes cursos, no sistema de gestão do Programa;
 - X. Fornecer gratuitamente aos beneficiados por bolsa-formação todo e qualquer insumo necessário para sua participação em cada um dos cursos ofertados, incluindo materiais didáticos, uniformes, cadernos, canetas, bem como materiais escolares gerais ou específicos exigidos por particularidades do curso oferecido – sendo vedada a indicação de lista de materiais a serem adquiridos junto a terceiros, conforme § 4º do Art. 6º da Lei nº 12.513/2011;
 - XI. Garantir aos beneficiados a devida assistência estudantil, na forma de auxílio financeiro ou de oferta direta de transporte de ida e retorno à unidade de ensino,

- considerando necessidades específicas de pessoas com deficiências, e de refeição de qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- XII. Garantir que cada um dos beneficiados com a bolsa-formação do Pronatec matriculados nos cursos assine o Termo de compromisso acadêmico que constitui o Anexo III da Resolução CD/FNDE no 61/2011;
 - XIII. Realizar o permanente controle da frequência dos beneficiados pelas bolsas-formação em cada um dos cursos, utilizando a lista de presença gerada pelo sistema de gestão do Programa;
 - XIV. Realizar o acompanhamento pedagógico dos beneficiados pelas bolsas-formação;
 - XV. Manter atualizados, no sistema de gestão do Programa, os controles de frequência e de desempenho escolar de cada beneficiado, nos diferentes cursos;
 - XVI. Garantir a devida certificação a todos os beneficiados que tiverem obtido frequência e aproveitamento satisfatório nos cursos do Pronatec oferecidos pelas instituições ou unidades de ensino da rede;
 - XVII. Informar, no sistema de gestão do Programa, a situação final de cada um dos beneficiados pelas bolsas-formação ao término dos cursos;
 - XVIII. Manter arquivados por pelo menos cinco anos os registros estudantis das turmas e de cada um dos beneficiários da bolsa-formação, inclusive listas de presença e termos de compromisso assinados;
 - XIX. Fazer constar em todos os documentos produzidos para implementação do Programa e nos materiais de divulgação, a seguinte informação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – FNDE – Ministério da Educação;
 - XX. Permitir, sempre que necessário, o acesso de técnicos da SETEC/MEC, do FNDE/MEC, dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal, do TCU, do Ministério Público ou de órgão ou entidade com atribuição ou delegação para esse fim às instalações onde funcionam as turmas do Pronatec, bem como aos documentos relativos às ações e à execução física e financeira do Programa, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado;
 - XXI. Acompanhar as transferências de recursos efetuadas pelo FNDE/MEC para a conta corrente específica do Programa, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados em seu favor;
 - XXII. Autorizar o FNDE/MEC a estornar ou bloquear, conforme o caso, valores creditados na conta corrente específica do Programa mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos ou procedendo aos descontos nos

repases futuros, caso venha a ocorrer qualquer das condições estabelecidas no inciso III § 1º do Art. 7º da Resolução CD/FNDE no 61/2011. Nessas condições, caso inexista saldo suficiente na conta corrente e não haja repasse futuro a ser efetuado, assumir o compromisso de restituir os valores creditados indevidamente ou objeto de irregularidade constatada no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da notificação, na forma prevista nos §§ 16 a 23 do Art. 10 da referida resolução;

- XXIII. Prestar contas dos recursos financeiros recebidos para a implementação das ações relativas à oferta de vagas a título de bolsa-formação no âmbito do Pronatec nos moldes definidos no item IV da Resolução CD/FNDE no 61/2011;
- XXIV. Informar tempestivamente à SETEC/MEC e ao FNDE/MEC sobre quaisquer anormalidades que possam vir a ocorrer no decorrer do cumprimento da Resolução CD/FNDE no 61/2011 e na execução das ações relativas à oferta de vagas e à situação dos estudantes e trabalhadores beneficiados com a bolsa-formação.

TERCEIRA – Da rescisão

O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, no interesse das partes, ou pelo não cumprimento das cláusulas ou condições, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial ou daquelas dispostas nos artigos 86 a 88 do mesmo diploma legal.

QUARTA – Da publicação

Caberá à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC proceder à publicação do presente Termo de Adesão no Diário Oficial da União – DOU, conforme estabelecido no Parágrafo único do Art. 61 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

QUINTA – Do foro

O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios oriundos deste instrumento é o da Justiça Federal, Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

_____, ____ de _____ de ____

Dirigente do Departamento Nacional do (Serviço - sigla)

ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO DO DEMANDANTE

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE PARCEIRO DEMANDANTE PARA CURSOS PRONATEC – ESTADO OU DF

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Secretaria de Educação do _____, representado pelo(a) Secretário(a) _____, inscrição no CPF nº _____, RG nº _____, expedido por _____, devidamente estabelecido à _____, resolve firmar o presente Termo de Adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec na condição de parceiro demandante de vagas em cursos de educação técnica e profissional, consideradas as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA – Do objeto

O presente termo tem por objeto a adesão da Secretaria _____ ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, visando a demanda por vagas em cursos de educação técnica e profissional no âmbito das Bolsas-Formação do Programa, nos termos da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

SEGUNDA – A Secretaria _____ compromete-se a:

1. Cumprir as seguintes diretrizes abaixo:
 - I. Na qualidade de parceiro demandante, encaminhar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC este Acordo de Cooperação devidamente preenchido e assinado, de acordo com o prazo determinado na Resolução CD/FNDE no 61/2011;
 - II. Indicar oficialmente um gestor, obrigatoriamente servidor público federal, para coordenar todas as ações vinculadas às bolsas-formação do Pronatec em seu âmbito de atuação;
 - III. Fazer constar em todos os documentos produzidos para implementação do Programa e nos materiais de divulgação, a seguinte informação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – Ministério da Educação/FNDE;
 - IV. Divulgar amplamente o Programa em seu âmbito de atuação, em conjunto com os parceiros ofertantes, para informar os potenciais beneficiários sobre os objetivos e as características dos cursos oferecidos;
 - V. Firmar instrumento legal específico com diferentes Unidades da Federação de forma a permitir que elas mobilizem, identifiquem, selecionem e realizem a pré-matrícula de beneficiários do programa;

- VI. Coordenar a arregimentação e seleção de candidatos a beneficiários da Bolsa-Formação _____ em seu âmbito de atuação, realizando ainda a pré-matrícula deles;
- VII. Informar à SETEC/MEC as especificações do perfil de beneficiários bem como os mecanismos que usará para fazer a seleção dos beneficiados pelas Bolsas-Formação entre os candidatos às vagas disponíveis;
- VIII. selecionar e registrar, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, a pré-matrícula dos candidatos às bolsas-formação nos cursos e turmas disponíveis em seu âmbito de atuação, de acordo com as vagas cadastradas pelos parceiros ofertantes;
- IX. Acompanhar e analisar os registros da situação final de cada um dos beneficiados das bolsas-formação ao término dos cursos, informadas pelos parceiros ofertantes no sistema de gestão do Programa;
- X. Informar tempestivamente à SETEC/MEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC sobre quaisquer anormalidades que possam ocorrer no cumprimento da Resolução CD/FNDE no 61/2011 e sobre eventual não oferecimento, por parte do parceiro ofertante, dos cursos ou vagas pactuadas.

TERCEIRA – Da rescisão

O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, no interesse das partes, ou pelo não cumprimento das cláusulas ou condições, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial ou daquelas dispostas nos artigos 86 a 88 do mesmo diploma legal.

QUARTA – Da publicação

Caberá à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC proceder à publicação do presente Termo de Adesão no Diário Oficial da União – DOU, conforme estabelecido no parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

QUINTA – Do foro

O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios oriundos deste instrumento é o da Justiça Federal, Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

_____, _____ de _____ de _____.

Secretário (a) de Educação

ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO E COMPROVANTE DE MATRÍCULA

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO E COMPROVANTE DE MATRÍCULA

(BOLSA FORMAÇÃO)

Eu, [NOME DO/A ESTUDANTE], portador do CPF: [CPF DO/A ESTUDANTE], confirmo ter comparecido presencialmente ao/a [NOME DA UNIDADE OFERTANTE], para comprovar minha matrícula no curso de [NOME DO CURSO], a ser oferecido entre [DATA DE INÍCIO] e [DATA DE CONCLUSÃO] pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Acrescento que, ao confirmar minha matrícula, estou ciente de assumir os seguintes compromissos:

1. Participar integralmente das atividades do curso e cumprir todos os requisitos educacionais regulamentares;
2. Ter frequência mínima de 75% nos blocos temáticos que compõem o curso;
3. Manter matrícula, frequência mínima de 75% e desempenho escolar satisfatórios em uma escola pública de ensino médio.
4. Cumprir as normas regimentais do/da [NOME DA UNIDADE OFERTANTE] e as normas institucionais do Pronatec.
5. Participar da avaliação de aprimoramento do Programa, a ser realizada pelo Ministério da Educação (MEC) após o final do curso.
6. Comunicar à coordenação pedagógica do/da [NOME DA UNIDADE OFERTANTE] quando de meu impedimento ou desistência do curso, apresentando a justificativa formal à Instituição nas seguintes situações:
 - a. doença: com apresentação de atestado médico em até 72 horas;
 - b. mudança para outro município;
 - c. situação de trabalho em horário incompatível com o curso.

Ciente de que o MEC mantém serviço de ouvidoria Pronatec, pelo telefone 0800-616161, opção 8, declaro compreender que, caso não cumpra as cláusulas deste Termo, terei minha matrícula cancelada e não poderei participar de qualquer outro curso do Pronatec.

Por fim, declaro entender também que casos omissos serão analisados pela Instituição e pelo MEC.

[LOCAL E DATA]

(nome legível e assinatura do aluno)

(nome legível e assinatura do responsável legal para menores de 18 anos)

(assinatura do responsável pela matrícula)

ANEXO D – PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA E DE PAGAMENTOS EFETUADOS

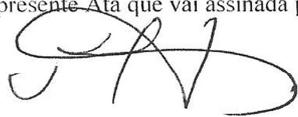
BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO								
1 – Nome da Prefeitura Municipal ou do Órgão Municipal ou Estadual:			2 – Número do CNPJ		3 – Período de execução			
					/ / a / /			
4 – Endereço:			5 – Município		6 – UF			
BLOCO 2 – SÍNTESE DA RECEITA E DA DESPESA (R\$ 1,00)								
7 – Valor recebido no exercício de 2011		8 – Rendimentos aplicação financeira		9 – Valor total	10 – Despesa realizada	11 – Saldo a reprogramar	12 – Saldo a devolver	
BLOCO 3 – PAGAMENTOS EFETUADOS								
13 – Item	14 – Nome do favorecido	15 – CNPJ ou CPF do favorecido	16 – Especificação dos bens ou serviços	17 – Documento			18 – Pagamento – Nº OB / TED / Data	19 – Valor (em R\$)
				Tipo	Número	Data		
20 – TOTAL								
BLOCO 4 – AUTENTICAÇÃO								
<p>_____</p> <p>Local e data</p>								
<p>_____</p> <p>Nome do(a) dirigente / representante legal do estado, Distrito Federal ou município</p>								
<p>_____</p> <p>assinatura do(a) dirigente / representante legal da PM ou SEDUC</p>								

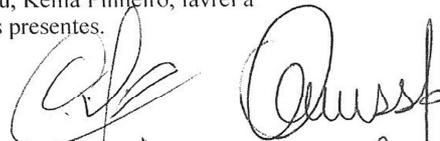
ANEXO E – ATA DE PACTUAÇÃO DOS CURSOS DO PRONATEC 2014 EM PELOTAS

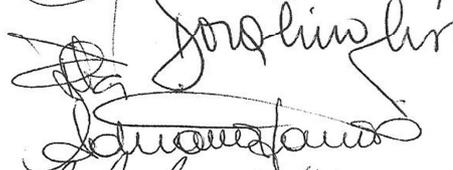
ATA DE PACTUAÇÃO DOS CURSOS PRONATEC 2014

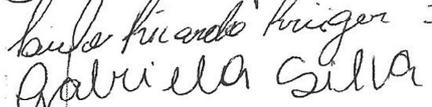
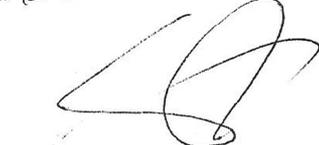
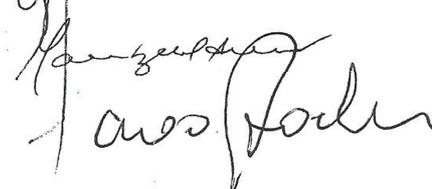
Aos trinta e um dias do mês de Outubro de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos reuniram-se na sede da Secretaria da Assistência Social do Município de Pelotas, os membros da Comissão Municipal de Emprego do Município de Pelotas, Olavo Rocha, representante do Sinduscom, a Delegada Regional do Trabalho e do Desenvolvimento Social da Secretaria do Trabalho Estado do Rio Grande do Sul, a Secretária da Assistência Social Clesis Crochemore, Gabriela Silva, Cleiton Silva, Maria Izabel Arndt, Daiane Dias, todos da Secretaria da Justiça Social e Segurança, os Representantes do Senac, Doralino Cunha e Mariangela Silva e Paulo Ricardo Kruguer, Caroline Crochemore Velloso, Representante da Emater -RS/ASCAR, a Representante do INSS, Marisa Petrucci Gigante, assessora de Programas Educacionais da Secretaria Municipal da Educação, Alice Maria Szezepanski, os Representantes do Senai, Danilo Leite e Alexander Telles, os Representante do Sest/Senat, Carlos Jorge Ribeiro e Raquel C. S. da Silva, o Representante do IFSUL Visconde da Graça/CAVG, Darcy Bitencourt Júnior, Representante do IFSUL Campus Pelotas, Rogerio Coelho Guimarães, o Representante do IFSUL Pelotas Cesaria Fonseca e Darci Ferreira da Secretaria do Desenvolvimento Economico e Turismo, Adriana Raquel Farias, Representante do Departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Desporto tendo como pauta a pactuação dos cursos PRONATEC 2014. Foi feito o Levantamento e Análise dos Cursos Pronatec 2013 e a verificação de quais cursos estão sendo realizados. Foi levantado pela Representante da Emater que a carga horária dos cursos Pronatec é muito pesada para o público da Agricultura Familiar e quando o curso tem que ser realizado na área urbana o custo é muito alto. Os Executores do IFRS, SENAC, SENAI e SEST/SENAT apresentaram as propostas dos cursos que poderiam ser ofertados pelas suas respectivas instituições no ano de dois mil e quatorze, que foi adequado a demanda levantada pela Secretaria da Justiça e Segurança Social e Comissão Municipal de Emprego e INSS.

Fechada a pactuação, o Sest/Senat ofertará 650 vagas, o Senai 1400 vagas, o Senac 1850 vagas e o IFRS 946 vagas e do CAVG 52 vagas, totalizando 4898 vagas. Os Executores entregaram uma planilha com os cursos, quantidade de vagas carga horária e período de execução que é parte integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, sendo que para constar, eu, Kenia Pinheiro, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.








ANEXO F – APROVAÇÃO DO PROJETO PELO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PELOTAS - UCPEL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas. **Pesquisador:** Márcio Machado Rocha **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 19461113.0.0000.5339

Instituição Proponente: Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer:

377.833 **Data da Relatoria:**

22/08/2013

Apresentação do Projeto:

Adequado

Objetivo da Pesquisa:

Adequado

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequado

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de segunda análise após parecer emitido anteriormente com pendências de origem amostral e metodológica, que foram atendidas e/ou explicadas adequadamente no projeto reenviado.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - UCPEL



Continuação do Parecer: 377.833

Endereço:	Rua Felix da Cunha, 412		
Bairro:	Centro	CEP:	96.010-000
UF:	RS	Município:	PELOTAS
Telefone:	(53)2128-8012	Fax:	(53)2128-8298
		E-mail:	cep@ucpel.tche.br

Página 01 de 02

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PELOTAS, 29 de Agosto de 2013

Assinador por:
RICARDO AZEVEDO DA SILVA
(Coordenador)

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vimos por meio deste, na condição de mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social – Curso de Mestrado na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), com vistas à preservação dos critérios éticos relativos às atividades de pesquisa, prestar-lhe as informações que seguem e solicitar seu consentimento para que, através de entrevistas de coleta de dados, integre o grupo de sujeitos da pesquisa, esclarecendo.

Título da Pesquisa: PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança da Prefeitura de Pelotas.

Objetivos:

O presente projeto de pesquisa é uma análise do PRONATEC/BSM, o situando a partir da demanda no município de Pelotas, na Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança da Prefeitura de Pelotas.

A relevância do estudo refere-se principalmente a implantação do programa supracitado no que diz respeito ao atendimento do público alvo, conhecendo os fluxos de encaminhamento dos interessados às unidades ofertantes.

Metodologia da Pesquisa:

Coleta de dados, com gravação magnética ou digital, através de conversas individuais seguida de análise qualitativa para o gestor e interlocutor do programa e aplicação de questionários aos interessados nos cursos do PRONATEC/BSM.

As conversas se darão através de entrevistas por questões abertas, semi-estruturadas e individuais (com o gestor e interlocutor do PRONATEC na SMJSS) e questionário aos interessados nos cursos. O agrupamento de informações se revelará com a sua posterior análise de dados.

Garantias aos Sujeitos da pesquisa:

O pesquisador se compromete com as seguintes garantias aos sujeitos da pesquisa:

a) Prestar todo e qualquer esclarecimento acerca da pesquisa, em qualquer momento de sua ocorrência.

b) Manter o sigilo sobre a identidade do sujeito da pesquisa. Assim, na divulgação dos resultados, eventuais transcrições de trechos das entrevistas ou das conversas

realizadas em outras técnicas, terão a fonte indicada somente por nomes fictícios ou números e dados, com o cuidado que não permitam que sua identidade seja revelada.

c) Admitir que o sujeito da pesquisa se retire da mesma em qualquer fase dos procedimentos de coleta de dados.

Esclarecimentos finais:

O sujeito da pesquisa pode, a qualquer tempo, para solicitação de esclarecimentos, buscar contato com o mestrando Márcio Machado Rocha pelos contatos: (053) 8454-9083 / (053) 8118-3218 ou (053) 3283-3980 e também com a orientadora da pesquisa (Profª Vera Maria Ribeiro Nogueira) através do e-mail: vera.nogueira@pesquisador.cnpq.br ou através da Secretaria do Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas pelo telefone: (053) 2128-8291.

Eu, _____,
(documento de identidade _____), tendo sido informado de todo o conteúdo acima constante desse documento e sentindo-me esclarecido sobre o mesmo, consinto em participar da pesquisa “PRONATEC/BSM – Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas”, realizada pelo mestrando em Política Social, Márcio Machado Rocha, da UCPel.

Pelotas, de _____ de 2013.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O GESTOR

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL CURSO DE MESTRADO

Entrevista Semi-estruturada – Gestor da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas.

1. Quando houve e como foi feita a adesão da Prefeitura de Pelotas ao PRONATEC? Quais foram os atores envolvidos?
2. Quais foram às dificuldades encontradas na implantação do PRONATEC/Brasil Sem Miséria na Prefeitura de Pelotas?
3. A Prefeitura de Pelotas conta com algum tipo de apoio do Estado do Rio Grande do Sul para a execução do programa ou do governo federal? Se sim, qual?
4. Desde a adesão da Prefeitura até os dias atuais, como está à procura pelos cursos do PRONATEC que são demandados aqui pela Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas?
4. Como são negociados junto às unidades ofertantes aqui em Pelotas os cursos do PRONATEC/BSM a serem ofertados no âmbito municipal?
5. É feito algum tipo de seleção aos inscritos no CADÚNICO para os cursos?
6. Como é feita a mobilização para que as pessoas inscritas no Cadastro Único participem dos cursos ofertados pelo PRONATEC/BSM?
7. Como tem sido a ocupação das vagas pelo público alvo nos cursos oferecidos pelo PRONATEC/BSM?
8. Saberria dizer quais cursos já foram oferecidos ao público?
9. Qual o perfil dos interessados nos cursos?
10. Os interessados que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal têm receio de perder o benefício no momento da pré-inscrição dos cursos do PRONATEC/BSM? Por quê?
11. É feito um acompanhamento da frequência e do desempenho dos alunos nos cursos de qualificação perante as unidades ofertantes? Por quê?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O INTERLOCUTOR

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL CURSO DE MESTRADO

Entrevista Semi-estruturada com o Interlocutor do PRONATEC/Brasil Sem Miséria no Município de Pelotas/RS.

1. Desde a adesão da Prefeitura até os dias atuais, como está à procura pelos cursos do PRONATEC que são demandados aqui pela Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas?
2. Como funciona o encaminhamento para as unidades ofertantes aqui em Pelotas os cursos do PRONATEC/BSM a serem ofertados no âmbito municipal?
3. É feito algum tipo de seleção aos inscritos no CADÚNICO para os cursos?
4. Como é feita a mobilização para que as pessoas inscritas no Cadastro Único participem dos cursos ofertados pelo PRONATEC/BSM?
5. Como tem sido a ocupação das vagas pelo público alvo nos cursos oferecidos pelo PRONATEC/BSM?
6. Saberria dizer quais cursos já foram oferecidos ao público?
7. Qual é o perfil dos interessados nos cursos?
8. Os interessados que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal têm receio de perder o benefício no momento da pré-inscrição dos cursos do PRONATEC/BSM? Por quê?
9. É feito um acompanhamento da evasão e do desempenho dos alunos nos cursos de qualificação perante as unidades ofertantes? Por quê?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL CURSO DE MESTRADO

Questionário para os interessados no PRONATEC/BSM que vêm até a SMJSS para se inscrever nos cursos.

1. Pertence ao CadÚnico?
() Sim () Não
2. É beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal?
() Sim () Não * Em caso afirmativo qual? _____
3. Qual a sua condição no momento?
() Estudante () Desempregado () Trabalhando () Outros
4. Qual a sua escolaridade?
() 1ª a 4ª () 5ª a 8ª () Ensino Médio completo () Ensino Médio Incompleto
() Curso Superior completo () Curso Superior Incompleto
5. Possui alguma deficiência
() Sim () Não
6. Como soube dos cursos do PRONATEC?
() Internet () Cartaz () Prefeitura de Pelotas () Jornal ()
Televisão () Outros _____
7. É a primeira vez que faz a pré-inscrição em algum curso do PRONATEC/Brasil Sem Miséria na Secretaria de Justiça Social e Segurança?
() Sim () Não * Caso a resposta à questão 7 seja negativa, responder as questões 8 e 9.
8. Se já fez algum curso do PRONATEC/BSM anteriormente, escreva no espaço reservado qual (is):

9. A realização do curso ajudou à inserção no mercado de trabalho?
() Sim () Não

APÊNDICE E – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Pelotas, 04 de Julho de 2013.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da UCPel:

Declaro ter conhecimento e autorizo a realização da pesquisa intitulada (**PRONATEC/Brasil Sem Miséria: Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas**), proposto pelo pesquisador Márcio Machado Rocha, sob orientação da Prof^a. Dr. Vera Maria Ribeiro Nogueira.

O referido projeto será desenvolvido na Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança pertencente a Prefeitura de Pelotas, e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do CEP/UCPel.

Atenciosamente,


Clesis Crochemore
Assistente Social
Secretaria Municipal de Justiça
Social e Segurança
Matrícula: 30953-0

Nome, cargo, carimbo e assinatura do
responsável pelo local da realização da pesquisa